

RELATÓRIO  
ANUAL  
2021



O Plano de Saúde do Produtor Rural



# SUMÁRIO

Mensagem da Administração.....	<b>03</b>
Relatório da Administração .....	<b>04</b>
Relatório das Demonstrações Contábeis .....	<b>35</b>
Relatório dos Auditores Independentes.....	<b>65</b>

# Atuação e presença constantes

O ano de 2021 continuou desafiador para o setor de saúde diante da maior crise sanitária da humanidade. A pandemia do Covid-19 continuou ceifando vidas e, ao mesmo tempo, foi um período de grande solidariedade e aprendizado. Em momentos assim, constatamos, mais uma vez, a excelência de um atendimento médico-hospitalar disponível aos nossos beneficiários, através de uma rede credenciada que respondeu diante do desafio, de forma intensa e com qualidade, o que, com certeza, evitou que as perdas humanas fossem ainda maiores.

Nos bastidores do plano, foi preciso adaptações, mudanças nas rotinas de trabalho, e nossa equipe esteve unida como nunca, 24 h voltada ao atendimento de produtores rurais e seus familiares em diferentes cidades de Minas Gerais e São Paulo. Nem mesmo a necessidade de distanciamento anulou nossas atividades, como o do Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças. Os beneficiários continuaram a ser acompanhados e orientados.

A filosofia da transparência que orienta as ações diárias da instituição, deu continuidade ao atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mapeando processos e implantação de novas frentes de trabalho.

Paralelamente a tantos desafios, nossos colaboradores redobram esforços para manter a saúde financeira dos planos e prestando excelentes atendimentos. Estratégias cautelosas e profissionais apontaram um resultado positivo no final do exercício, que difere de vários outros planos nesse período.

Agradecemos o empenho e participação dos membros dos nossos Conselhos Deliberativo e Fiscal, associadas, colaboradores e prestadores de serviços. Temos esperança em novos tempos. Que em nossa mensagem do próximo ano, possamos brindar juntos a superação da pandemia, celebrar a vida e a saúde de todos nossos beneficiários.

Muito obrigado!

Luiz Fernando Ribeiro  
**Presidente**

Ricardo de Oliveira Garcia  
**Superintendente**



O Plano de Saúde do Produtor Rural

## Relatório da Administração do Exercício 2021

Às  
Associadas do  
S.P.A. Saúde – Sistema de Promoção Assistencial

O Conselho Deliberativo e Superintendência submetem às vossas apreciações as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

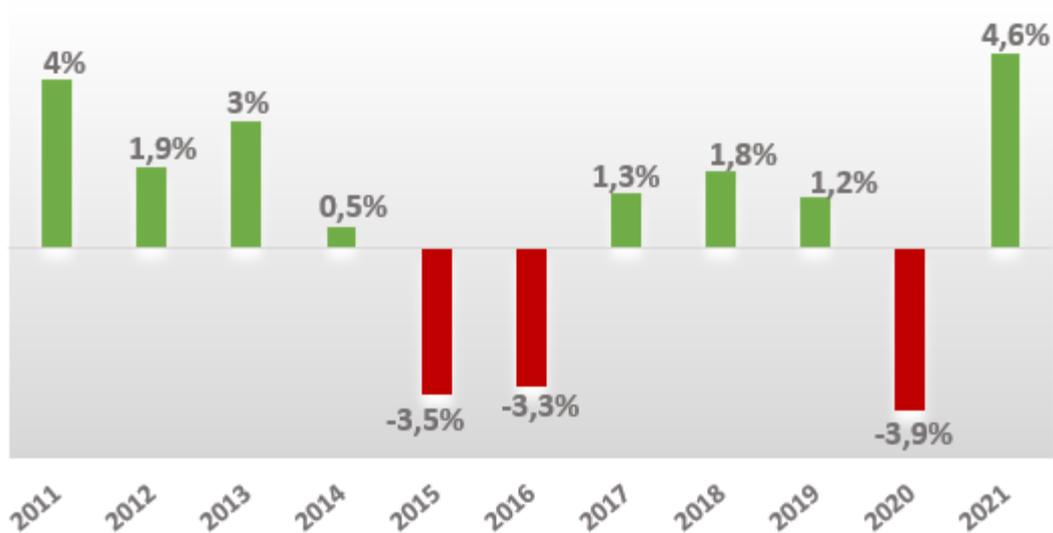
### 1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Se 2020 será lembrado na história da humanidade como o ano da Covid-19, da crise econômica e sanitária, que mergulhou o mundo em um cenário de medo, de muitas incertezas e de futuro imprevisível, o ano de 2021 será recordado como o ano da esperança, da persistência, da confiança e resiliência. O ano que marcou um reinício, reflexões e aprendizados: lembrar do que passou e aprender com tudo o que se viveu, para conseguir olhar para frente de novo sem repetir os mesmos erros e com esperança no futuro.

Os impactos causados pela pandemia da Covid-19 e suas consequências econômico-financeiras ainda são sentidos no Brasil e no mundo até hoje, porém de maneira mais branda. O ano de 2021 marcou o início da recuperação. No Brasil, o início da vacinação contra a Covid-19, em janeiro, abriu o ano com muitas expectativas. Esperançoso, o mundo, aos poucos, recomeçou a caminhar após um longo período de medo e de amarras. Mais vacinas, menos mortes, mais vidas salvas, mais esperança: um ciclo que se retroalimenta enaltecendo a importância da Ciência.

No cenário econômico, as projeções para 2021 eram de crescimento do PIB, de maneira a superar as perdas amargadas em 2020, ano este que experimentou uma das quedas históricas do PIB brasileiro, -3,9%. Com um PIB de R\$ 8,7 trilhões, 2021 apresentou uma variação positiva de +4,6% na comparação com o ano de anterior.

## Desempenho Anual da Economia Variação do PIB ano a ano, em %



Fonte: IBGE

Pelas óticas da oferta e demanda, os principais destaques do PIB em 2021 foram: Serviços (+4,7%); Indústria de Transformação (+4,5%); Indústria da Construção (+9,7%); Agropecuária (-0,2%); Consumo das famílias (+3,6%) e Consumo do governo (+2%). Os grandes destaques entre esses é o setor de serviços e indústria, que engataram recuperação no último trimestre do ano. Juntos, representam 90% do PIB brasileiro. Dentro do setor de serviços, atividades de transporte, armazenagem e correios cresceram bastante (+11,4%). Outro destaque está no avanço das atividades de informação e comunicação (+12,3%), ancoradas pela internet e desenvolvimento de sistemas, intensificadas em razão do isolamento social e demais mudanças provocadas pela pandemia. A agropecuária, que havia apresentado alta em 2020, retraiu -0,2% em 2021 em decorrência de condições climáticas adversas – estiagem prolongada e geadas – e da queda das estimativas de produção de bovinos e de leite. Outras atividades econômicas também obtiveram crescimento: Atividades financeiras e seguros (+0,7%), Atividades Imobiliárias (+2,2%); Comércio (+5,5%); Indústria extrativa (+3%) e outras atividades de serviços (+7,6%). Na Balança Comercial brasileira, o saldo positivo de 2021 é resultado de US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações. As taxas de crescimento em comparação ao ano de 2020 são, respectivamente, +34,2% e + 38,2%.

Em relação ao consumo das famílias, a reabertura da economia possibilitou um crescimento nesse indicador. No entanto, existem ameaças prementes: os juros mais altos, a persistência da inflação e uma renda mais enxuta. Para a gerente de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, “houve uma recuperação da ocupação em 2021, mas a inflação alta afetou muito a capacidade de consumo das famílias. Os juros começaram a subir. Tivemos também os programas assistenciais do governo. Ou seja, fatores positivos e negativos impactaram o resultado do consumo das famílias no ano passado”.

Já o desemprego em 2021, encerrou o quarto trimestre com uma taxa de 11,1%, representando 13,9 milhões de brasileiros desempregados e permanecendo praticamente, na média, estável em relação a 2020, o qual sentiu os maiores impactos da pandemia do coronavírus. Na média, a taxa anual em 2021 foi de 13,2%. “É uma estimativa que é bem menor do que a registrada no quarto trimestre de 2020, quando a taxa estava em 14,2%. Pelo lado da ocupação, também os números são bastante satisfatórios, uma vez que a população ocupada fica estimada em aproximadamente 95 milhões”, afirmou a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy. Diversas atividades econômicas proporcionaram o aumento da ocupação. O segmento da Construção apresentou o maior crescimento percentual (+13,8%). Já o comércio, bastante impactado pela pandemia, teve aumento de +5,4%, quando comparado ao ano de 2020. O setor de serviços também marcou o início de recuperação da ocupação. O destaque fica com os serviços domésticos, que apresentaram alta percentual de +6,7%. Enquanto a expansão do trabalho com carteira assinada no setor privado cresceu +2,6%, o trabalho informal aumentou +9,9% quando comparados os anos de 2020 e 2021.

Apresentando a maior taxa acumulada desde 2015, o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -, medidor oficial da inflação, encerrou 2021 em +10,06%. Mesmo com uma desaceleração no mês de dezembro, a inflação fechou o ano atingindo quase o dobro do teto da meta (5,25%). Os grandes vilões na alta do IPCA foram o segmento de transportes, habitação e alimentação e bebidas. Juntos, representaram quase 79% da alta do IPCA de 2021. A alta nas commodities, desvalorização do real e a crise hídrica também explicam a disparada da inflação.

Inversamente ao cenário estabelecido em 2020, a taxa de juros básica, Selic, foi gradativamente sendo aumentada, ao passo que iniciou o ano de 2021 em 2% e o encerrou em 9,25%. Isso apontou uma recuperação gradual para os ganhos no mercado financeiro, trazendo novamente uma “estabilidade”, porém trouxe outros efeitos impactantes sobre outras variáveis da economia. Com a inflação alta, a política

monetária de juros altos continua, bem como a previsão de pouco crescimento. Ressalta-se que juros altos servem para conter a inflação, contudo, afetam as atividades econômicas do país. Taxa Selic elevada significa crédito mais caro e estímulo aos investimentos em renda fixa, o que prejudica investimentos (aportes financeiros) em empresas.

No mercado da saúde suplementar, em planos de assistência médica houve crescimento em 2021. Contando com 703 operadoras ativas de assistência médica, o encerramento de dezembro computou 48.995.883 beneficiários em todo o país, o que representou uma elevação de +3,18% em relação aos números de 2020. Dos 24 Estados que apresentaram aumento, São Paulo, Minas Gerais e Paraná foram os que apresentaram maior crescimento de beneficiários em números absolutos. Em se tratando de planos médico-hospitalares, houve incremento de 1.508.134 beneficiários. Nas faixas etárias, as faixas de 39 a 43 anos e 44 a 48 anos foram as que apresentaram o crescimento mais expressivo: +7,12% e +6,49% respectivamente. Em seu segmento, autogestão, o S.P.A SAÚDE registrou um crescimento de **+2,99%** no número de beneficiários. Considerando os últimos cinco anos, de 2017 a 2021, seu crescimento acumulado foi à ordem de **+15,59%**.

Para o ano de 2022, dado o arrefecimento da pandemia e o avanço da vacinação no Brasil e nos demais países, pode-se dizer que o pior já passou. Porém, o rescaldo da pandemia com o aparecimento da nova variante Ômicron ainda traz certa preocupação. Fazendo parte de um pacote de preocupações constantes no Brasil, figuram a alta da inflação, a alta dos juros, o desemprego, a pobreza, o desfecho da pandemia e os desafios para o crescimento econômico do país.

O ano de 2022 será um ano de transição, com um cenário provável de pouco crescimento e de grandes expectativas para 2023. Isso porque muitos dos indicadores econômicos estão aguardando também o resultado da eleição presidencial. Em termos econômicos, a retomada da economia brasileira com “crescimento em V” diz respeito à uma saída mais agressiva da pandemia. Pode-se dizer que foi recuperado o que fora perdido. No entanto, esse crescimento não se mostra consistente; tanto que o Relatório de Mercado, segundo o Boletim Focus do BACEN, de 18 de fevereiro de 2022, apresenta expectativa de variação do PIB (comparando-se 2021 e 2022), de apenas +0,30%, com inflação a +5,56% e taxa Selic em 12,25%. Pelo lado do Legislativo, o avanço de novas reformas tem baixa probabilidade de acontecer, haja vista anos eleitorais serem mais “curtos”. Diante da expectativa de um baixo crescimento, já é sabido o que acontecerá com as demais variáveis econômicas: variações discretas e/ou com risco de agravamento. A equipe econômica que

assumirá em 2023 terá um grande e importante desafio diante de si: como fazer progredir uma economia que não cresceu ao longo de 10 anos?

## 2. FATORES INFLUENCIADORES DE *PERFORMANCE*

### 2.1. Aspectos Gerais

Quebrando a sequência dos melhores resultados da história, no exercício de 2021 o S.P.A. SAÚDE auferiu, embora mais modesto, um resultado operacional satisfatório. O controle e a contenção da sinistralidade foram mais desafiadores. A contínua manutenção das ações de gestão e dos programas de promoção e prevenção em saúde foram imprescindíveis para que o desempenho operacional e viabilidade dos planos de saúde ofertados não fossem ainda mais atingidos. As principais dessas ações estão listadas a seguir:

- ✓ Gerenciamento dos programas de promoção e prevenção em saúde;
- ✓ Auditorias médica e de enfermagem;
- ✓ Análise criteriosa das cobranças dos prestadores de serviços;
- ✓ Recuperação de glosas;
- ✓ Gerenciamento de pacientes crônicos;
- ✓ Controle da inadimplência das Associadas;
- ✓ Negociação com os prestadores e fornecedores;
- ✓ Reestruturação administrativa, de pessoal e tecnológica;
- ✓ Investimentos em capital humano.

A pandemia da Covid-19, que marcou a história da humanidade, trouxe com ela uma grande incerteza quanto à elevação dos riscos, tanto no universo da saúde pública – SUS – quanto no segmento da saúde suplementar. Destaca-se o deslocamento do bloco de utilização dos planos com acentuada redução no início da pandemia, seguido de expressivo aumento dessa utilização após a redução das medidas de segurança mais restritivas. Desse modo, apesar da intensificação do controle e ações de gestão de risco que visavam minimizar os impactos nos custos assistenciais, o S.P.A. SAÚDE experimentou em 2021 incremento na utilização dos planos por parte dos beneficiários, aliado ao aumento da inflação no segmento da saúde e a inclusão de novos procedimentos no rol de coberturas da ANS com objetivo de atender exames e procedimentos relacionados a COVID-19, resultando em aumento do custo assistencial e redução acentuada dos resultados esperados.

Além disso, o S.P.A. SAÚDE também contou com adversidades típicas do segmento da saúde: número elevado de sinistros cujo custo total está acima da média e das previsões razoáveis – os chamados *outliers* – e que se diferenciam drasticamente de todos os outros.

Resultado das ações controle e contenção da sinistralidade, os destacados a seguir contribuíram significativamente para que a operação de assistência à saúde médico-hospitalar se mantivesse equilibrada:

- a) Melhorias no processo de análise das contas médicas, com reforço da equipe de trabalho;
- b) Atuação contumaz na recuperação de glosas identificadas;
- c) Boas negociações junto aos prestadores da rede assistencial;
- d) Melhores negociações de OPME junto aos fornecedores;
- e) Encaminhamentos para prestadores com melhor custo e efetividade;
- f) Reeducação de cobranças de prestadores por meio de glosas aplicadas;
- g) Monitoramento efetivo de pacientes internados;
- h) Negociação de altas para *Home Care* – Desospitalização;
- i) Ampliação das ações em programas de promoção e prevenção em saúde;
- j) Negociações e compra direta para fornecimento de medicamento de uso domiciliar.

Os custos assistenciais quando se apresentam estáveis, dentro da razoabilidade, favoreceram sobremaneira os resultados operacionais. Devido ao aumento de utilização dos planos de forma expressiva devido ao cenário de flexibilidade das restrições de circulação, os custos apresentaram-se acima das projeções orçamentárias, registrando um aumento na sinistralidade à ordem de 9,65 pontos percentuais em comparação a 2020.

Importante também ressaltar outro fator (mencionado no item 2.2.2 a seguir) que impactou o índice de sinistralidade no ano de 2021: a renúncia de cobrança retroativa – a partir de 1º de janeiro de 2021 – referente à suspensão de Reajuste Anual e Por Faixa Etária referente ao período de setembro a dezembro de 2020.

## **2.2. Aspectos Pontuais**

### **2.2.1 Débitos Tributários**

#### **2.2.1.1 ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**

O S.P.A. SAÚDE, em dezembro de 2015, foi autuado pela Prefeitura do Município de São Paulo, sob a alegação de incidência do ISS sobre a operação de planos de saúde e descumprimento de obrigações acessórias. Mediante tal ocorrência, a Administração, no mesmo ano, decidiu por efetuar o competente registro contábil da autuação e suas respectivas atualizações monetárias e juros, desde então.

Foram apresentadas as competentes defesas nos mencionados processos administrativos, demonstrando a não incidência do mencionado tributo às entidades de autogestão em saúde, em especial ao S.P.A. SAÚDE em face do seu caráter associativo e a prestação de serviços aos produtores rurais. Ainda que aludidas autuações se encontrassem suspensas, em dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração em dívida ativa, realizando, em janeiro de 2018, cobranças extrajudiciais (protestos) e judiciais (execuções fiscais).

Diante dessa posição da Prefeitura, o S.P.A. SAÚDE realizou as seguintes ações: a) interpôs Ação Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, posto que a Municipalidade não apreciou os recursos administrativos interpostos; b) ingressou com Exceções de Pré-Executividade, alcançando a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustam a liquidez e a certeza das cobranças. Contudo, no curso do exercício de 2019, a PMSP apreciou os referidos recursos, indeferindo o pleito do S.P.A. SAÚDE.

O Conselho Deliberativo, em reunião ordinária de dezembro de 2019, decidiu pela realização de depósitos judiciais referentes aos Autos de Infração ajuizados pela Municipalidade. Os embargos à execução e garantia do juízo via depósitos judiciais foram realizados pelo S.P.A. SAÚDE nos meses de janeiro e novembro de 2020. Em abril e maio de 2021, a Municipalidade solicitou o complemento de depósitos relativos aos honorários advocatícios em três Execuções Fiscais em curso: em apenas uma delas houve deferimento para realização do complemento pleiteado. Dessa forma, o montante total depositado judicialmente passou a ser da ordem de R\$ 17.877.095, garantindo integralmente as execuções.

### **2.2.1.2 INSS – Contribuição Previdenciária sobre Serviços Prestados por Profissionais Autônomos**

No exercício de 2019, o S.P.A. SAÚDE ingressou com ação visando obter provimento jurisdicional que o autorizasse deixar de realizar o pagamento da contribuição previdenciária, prevista no art. 22, III, da Lei n. 8.212/1991, incidente sobre os serviços prestados por contribuintes individuais/profissionais autônomos aos beneficiários dos planos de saúde por ele administrados, posto que o vínculo formado entre a operadora de plano de saúde e os médicos credenciados (profissionais autônomos) não implica a prestação de serviços.

Em primeira instância, foi julgado procedente o pedido para considerar indevido o recolhimento, bem como o ressarcimento do indébito (período de 12/2013 a 11/2018), considerando que não há incidência de contribuição previdenciária por inexistência de fato gerador. Em junho de 2021, o TRF3 julgou e manteve a sentença - o trânsito em julgado do acórdão -, e em agosto de 2021 foi iniciada a liquidação de sentença para a exata apuração dos valores a serem recebidos pelo S.P.A. SAÚDE.

Desde o registro do pleito, o S.P.A. SAÚDE vinha reconhecendo contabilmente as obrigações da referida contribuição previdenciária, e suas respectivas atualizações, até que houvesse a resolução definitiva do mérito. Com o trânsito em julgado em junho de 2021, as contribuições previdenciárias até então reconhecidas como obrigação legal, e à ordem total de R\$ 1.080.682, foram revertidas para a conta do resultado deste exercício, influenciando no superávit final.

### **2.2.2 Renúncia de Cobrança Retroativa - a partir de 1º de janeiro de 2021 - referente à suspensão de Reajuste Anual e por Mudança de Faixa Etária de 2020**

Diante de um cenário de dificuldades para o consumidor, muito em razão da retração econômica provocada pela pandemia da Covid-19 e de um cenário de redução de utilização dos serviços de saúde no período, a Diretoria Colegiada da ANS decidiu, em agosto de 2020, pela suspensão dos reajustes anual e por mudança de faixa etária, como uma forma de conferir aos beneficiários de planos de saúde algum alívio financeiro, sem desestabilizar as regras e os contratos estabelecidos.

Decorridos três meses, novamente reunida (em novembro/2020), a mesma Diretoria Colegiada definiu que a recomposição dos reajustes suspensos em 2020 seria parcelada em 12 meses, ou seja, os beneficiários de planos de saúde que tiveram suspensas as cobranças de reajuste anual e por mudança de faixa etária entre setembro e dezembro de 2020, teriam diluído o pagamento desses valores em 12

meses, a partir de janeiro de 2021, cabendo às operadoras de planos de saúde tratar com transparência e esclarecimento tais valores cobrados nos respectivos boletos de cobrança.

Em uma iniciativa voltada a colaborar com seus beneficiários, procurando minimizar os efeitos perversos da pandemia, o Conselho Deliberativo do S.P.A. SAÚDE decidiu por não cobrar dos beneficiários o reajuste financeiro do período de setembro a dezembro/2020 e os valores referentes à suspensão de reajustes de variações de faixas etárias ocorridas entre janeiro a agosto de 2020, no período de setembro a dezembro de 2020. Assim, a renúncia das cobranças retroativas, aliadas aos modestos reajustes aplicados em janeiro e setembro de 2021, apesar de impactarem desfavoravelmente os indicadores da sinistralidade, puderam continuar oferecendo alívio financeiro à massa de beneficiários do S.P.A. SAÚDE e reforçando os valores do cooperativismo.

### 3. DIRECIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

O último Planejamento Estratégico do S.P.A. SAÚDE, implementado desde o primeiro trimestre do ano de 2017, trouxe consigo verdadeiros marcos na história da instituição. No decorrer dos anos, grandes mudanças e ações representaram um verdadeiro divisor de águas na gestão: a reestruturação administrativa, a adequação da estrutura com expansão da sede social em 60% e do patrimônio humano com ampliação do quadro de colaboradores em 36%, a criação do RH estratégico, a Reforma Estatutária e os investimentos em marketing são os principais destaques desde então.

Buscando a expansão e o crescimento da entidade, uma importante frente de ação representou uma quebra de paradigma: o investimento em publicidade e propaganda. As ações de marketing, representadas principalmente pelas campanhas de incentivos às novas adesões de beneficiários – a Campanha Carência Reduzida –, foram fundamentais para que o S.P.A. SAÚDE crescesse **+15,6%** em número de beneficiários, no período de 2017 a 2021. Nesse mesmo período, a entidade atingiu a categoria de operadora de plano de saúde de médio porte perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

No mais, nas rotinas diárias, a constante dedicação de esforços na manutenção de ações que refletem diretamente nos indicadores de eficiência, sustentabilidade e resultados operacionais, como a intensificação de ações dos programas de promoção e prevenção em saúde, o aprimoramento da gestão de risco e de medidas de conscientização para o uso racional dos recursos disponíveis.

### 3.1 Investimentos na Expansão da Sede Social

Ao longo dos últimos anos, a reestruturação administrativa abarcou a expansão da sede social e a ampliação do capital humano, levando, conseqüentemente, a uma adequação tecnológica de apoio às áreas do negócio “operadora de plano de saúde”, tanto nos aspectos gerenciais quanto nos mais operacionais. A expansão da sede social compreendeu a aquisição de imóveis e suas respectivas reformas e adaptações para funcionamento. Adequando a estrutura necessária para o crescimento do S.P.A. SAÚDE, entre o segundo semestre de 2018 e o final de 2021, foram adquiridas seis novas salas, representando uma expansão local de 60%.

No mesmo período, devido à reforma estrutural na sede administrativa da entidade, foram necessárias aquisições de ativos de T.I. para suportar a realocação de postos de trabalho, contemplando toda infraestrutura de rede, telefônica, elétrica e hardwares, além de toda gama de licenciamentos de softwares. Outro destaque foi a reestruturação do Datacenter interno, de modo a garantir alta disponibilidade nos serviços e operação da entidade, 24 horas/7 dias por semana.

Os investimentos aplicados no referido projeto de expansão estrutural e demais adequações tecnológicas oriundas estão demonstrados a seguir.

Valores em R\$ Mil					
Expansão da Sede Social	2017	2018	2019	2020	2021
Aquisição de Imóveis + custas da transferência de propriedade	-	1.114	294	-	775
Reformas e adequações dos imóveis adquiridos e de mobiliário	-	32	225	291	264
Hardwares e Licenciamentos de Software ( <i>aquisições e manutenções</i> )	89	83	175	100	138
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>1.229</b>	<b>694</b>	<b>391</b>	<b>1.177</b>

### 3.2 Investimentos em Programas de Promoção e Prevenção em Saúde

Os investimentos alocados pelo S.P.A. SAÚDE nos programas de promoção e prevenção em saúde objetivam:

- ✓ Atuar preventivamente na detecção de doenças crônicas;
- ✓ Minimizar as condições de saúde dos beneficiários;
- ✓ Equacionar os custos assistenciais;
- ✓ Evitar, quando possível, a hospitalização;
- ✓ Melhorar a qualidade do atendimento;
- ✓ Propor o direcionamento dos beneficiários para rede específica referenciada;
- ✓ Evitar o desperdício com atenção na melhor resolutividade e menor incidência de efeitos adversos;
- ✓ Incrementar a regulação conjuntamente com a auditoria médica e de enfermagem;
- ✓ Implantar protocolos atualizados de Medicina Baseada em Evidências, proporcionando a melhor qualificação da assistência médica assistencial;
- ✓ Levar ao usuário um benefício que gera uma condição única de avaliar sua saúde, com atendimentos levados de maneira itinerante, onde ele estiver e sem coparticipação;
- ✓ Atendimento domiciliar para aqueles casos que receberam alta da internação hospitalar e / ou do próprio “Home Care”, criando com isto uma nova modalidade de atendimento para beneficiários com indicação, através de um protocolo de Medicina Baseada em Evidências; e para aqueles com domicílio distante dos grandes centros e que necessitam de atendimento parcial de atenção.

Um beneficiário crônico sem gestão na sua condição de saúde pode ter o custo mensal equivalente ao investido em um ano nos programas.

No projeto, o incremento e a inovação se dão, respectivamente, pela contratação de empresas terceirizadas de atendimento domiciliar e pelo desenvolvimento do Atendimento Itinerante, cujo objetivo é levar ao beneficiário, em seu ambiente de trabalho e/ou domiciliar os atendimentos antropométrico, laboratorial, médico e de outras terapias, diante do fator de ausência de rede credenciada.

Para aumentar o poder e capacidade de análise, é contínuo o processo de manutenção do PEP - Prontuário Eletrônico do Paciente (software), preenchido pelas equipes externas e internas dos atendimentos das localidades onde estão

implantados os programas e de outras novas áreas em que estes estão em fase de implantação. As ações se baseiam em planejamento e logística denominados módulos de atuações, por área de abrangência geográfica e área de atuação, facilitando a mobilidade e atuação dos gestores internos e terceirizados.

O empenho segue centrado na manutenção da rede de atendimento, na continuidade destes programas e em outros que visam a promoção de uma nova cultura comportamental. Prova disso é o fato de os programas possuírem número de inscritos superior às metas anuais estipuladas em Planejamento Estratégico.

Devido à pandemia do coronavírus em 2020 e 2021, as ações foram duramente comprometidas. Ainda assim, buscou-se dar, dentro das possibilidades, prosseguimento às ações em comum acordo com as Associadas. O lema é levar o S.P.A. SAÚDE a se tornar uma operadora de excelência em promoção e prevenção e consolidá-lo como o plano de saúde do produtor rural e de sua família.

Inúmeros são os programas implantados e, entre estes, três estão registrados na ANS. A pretensão é, para o ano de 2022, o encaminhamento de mais programas para registro nesta agência reguladora. Os investimentos totais realizados nos programas de promoção e prevenção em saúde no curso de 2021 estão discriminados na tabela a seguir, comparado com anos anteriores.

Programas de Saúde	Valores em R\$ Mil				
	2017	2018	2019	2020	2021
Registrados na ANS <b>PROMOPREV</b>	254	340	419	471	636
Não Registrados na ANS <b>S.P.A. + SAUDÁVEL</b>	406	714	903	694	1.163
<b>Total</b>	<b>660</b>	<b>1.054</b>	<b>1.322</b>	<b>1.165</b>	<b>1.799</b>

### 3.2.1 Programas Registrados na ANS

#### **PROMOPREV**

#### **Programas de Promoção à Saúde e Prevenção de Riscos de Doenças**

Em atenção à Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 07/07/2010, e posteriores alterações, o S.P.A. SAÚDE registrou no mesmo exercício, e o mantém desde então

através de monitoramentos junto à ANS, o **Programa de Hipertensão Arterial Sistêmica** e, em 07/02/2017 foi registrado o Programa denominado **PQVST** (Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho), aprovado pela ANS, tendo sido encaminhado no início de 2018 o primeiro formulário de seu monitoramento. Em 2 de junho de 2021, foi encaminhado para registro o programa “**S.P.A. Bem Cuidado em Domicílio**”.

Para o ano de 2022, há a previsão de registro dos programas **SPA + Saudável do Adulto e Idoso**, implantados nas Associadas CREDIVAR, MINASUL E COMEVAP. Porém, este planejamento foi interrompido pela condição pandêmica e, em respeito às Associadas e a todos os envolvidos no projeto, não foi implementado.

Está em estudo a opção de registrar um único programa que congregue todas as Associadas, facilitando, dessa forma, a gestão de carteira de beneficiários do S.P.A. SAÚDE. A ampliação do número de programas registrados, gera, perante a ANS, retornos de reconhecimento e de qualificação ao S.P.A. SAÚDE.

### 3.2.2 Programas Não Registrados na ANS

#### Programas de Promoção da Cultura Institucional e Educação em Saúde S.P.A. + SAUDÁVEL

Visando fomentar o processo educativo em saúde, o S.P.A. SAÚDE implantou, em 2005, um programa de promoção à saúde que criou e legitimou junto aos seus beneficiários, uma nova cultura relacionada à saúde, partindo do princípio de que a saúde vai além da intervenção clínica.

As atividades do Programa **S.P.A. + Saudável** visam trabalhar e gerenciar a carteira do S.P.A. SAÚDE em níveis de Promoção, Prevenção e Reabilitação com o atendimento domiciliar. Esta modalidade está implantada nas seguintes Associadas e suas filiais:

- ✓ Cooperativa Agroindustrial de Varginha Ltda. - MINASUL
- ✓ Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. – SICOOB CREDIVAR
- ✓ Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuária de MG Ltda.
- ✓ Cooperativa de Laticínios Médio Vale do Paraíba - COMEVAP
- ✓ Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. - COOPERVASS
- ✓ Coop. de Créd. de Livre Admissão do Sul de Minas Ltda. – SICOOB CREDIVASS
- ✓ Cooperativa de Laticínios de Cachoeira Paulista - COLACAP

- ✓ CREDISAN Cooperativa de Crédito
- ✓ Sindicato Rural de Taubaté
- ✓ Sindicato Rural de Machado
- ✓ Cooperativa Agrária de Machado - COOPAMA
- ✓ Associação Comercial Industrial e Rural de Jacutinga - ACIJA
- ✓ Cooperativa Agropecuária de Jacutinga- COAPEJA

### 3.2.3 Novas ações para 2022

Resgatando as ações que não puderam ser realizadas no ano de 2020 e 2021, dado o cenário de pandemia, consta no planejamento de 2022, junto às Associadas, a abrangência de programas iniciados e a implantação do S.P.A + Saudável em regiões que estão no rol do Planejamento Estratégico.

Abaixo, as Associadas em que serão abertas novas frentes:

#### No Estado de São Paulo:

- Sindicato Rural de Lorena e Piquete
- Associação e Sindicato Rural de Guaratinguetá
- Cooperativa Agroindustrial Serramar
- Sindicato Rural de São José do Barreiro
- Sindicato Rural de Aguai
- Coop. dos Bataticultores da Região do Vargem Grande do Sul
- Cooperativa dos Produtores de Leite da Região de Mococa
- Sindicato Rural de São Carlos
- Cooperativa Agrícola Mista de Ribeirão Bonito
- Sindicato Rural de Rio Claro

#### No Estado de Minas Gerais:

- Cooperativa Regional de Produtores de Leite de Serrania
- Sindicato dos Produtores Rurais de Itajubá
- Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Pedralva
- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Elói Mendes

- Associação Com. e Ind. de Turismo Serv. e Agronegócio de Paraguaçu
- Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde
- Cooperativa Agropecuária de Cristina Ltda.
- Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande Ltda.
- Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Bom sucesso Ltda.

## 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

As considerações que seguem neste tópico tratarão sobre o desempenho econômico-financeiro do S.P.A. SAÚDE no exercício de 2021, analisado em comparação com o exercício anterior. Para melhor entendimento da evolução dos números, está destacado um período comparativo de cinco anos das rubricas de maior relevância e expressão da D.R.E. Gerencial. Nesta, eventualmente, alguns grupos de contas são realocados e agrupados sob uma perspectiva diferente da D.R.E. Societária, bem como a utilização de termos menos técnicos e mais usuais nas práticas de gestão, de maneira a atender às necessidades de informação e análises gerenciais, com maior clareza e transparência para o correto entendimento dos números.

### 4.1 Receitas com Operações de Planos de Assistência à Saúde

#### Contraprestações Emitidas

Em 2021 as contraprestações emitidas (mensalidades) apresentaram um crescimento à ordem de **+10,72%** em relação a 2020. Além do fato da adesão de novos beneficiários aos planos de assistência à saúde, o aumento percentual das contraprestações foi mais expressivo, em comparação ao ano anterior, em virtude de em 2020 não ter havido **a)** o reajuste anual das contraprestações e **b)** o reajuste por mudança de faixa etária ocorrida entre janeiro a agosto de 2020, no período de setembro a dezembro de 2020 – ambos suspensos até 31/12/2020 por determinação da ANS -, o que levou a um crescimento menor dessa receita naquele ano. Tais reajustes somente foram aplicados a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme mencionado no item 2.2.2 deste material. Ademais, o reajuste anual das contraprestações ocorreu da seguinte forma: +4,07% em janeiro de 2021 (referente ao não aplicado em setembro de 2020) e +4,9% em setembro de 2021. Os referidos reajustes, mais modestos, ainda representam uma forma de garantir, em meio à

pandemia da Covid-19, a sustentabilidade do setor e a preservação/manutenção dos contratos oferecendo alívio financeiro aos beneficiários.

Contraprestações Emitidas – R\$ Milhões



#### 4.2 Despesas Líquidas de Assistência à Saúde (Incluindo Operações de Corresponsabilidade)

Os custos assistenciais no ano de 2021 apresentaram substancial elevação em relação a 2020: **+24,78%**. Ainda que pesem os motivos a seguir, o expressivo aumento percentual se deve ao fato de, em 2020, os custos assistenciais terem sido mais estáveis, apresentando baixa variação percentual: apenas +4,81% em relação à 2019. Conforme explanado no item 2.1, as razões desse aumento são de diversas ordens: inflação do mercado da saúde, novas coberturas exigidas pela ANS, incremento na quantidade de procedimentos realizados e incorporação de inovações tecnológicas, novos medicamentos, os reflexos da pandemia do novo coronavírus (principalmente por conta do deslocamento do bloco de utilização dos planos com acentuada redução no início da pandemia em 2020, seguido de expressivo aumento dessa utilização após a redução das medidas de segurança mais restritivas em 2021), a ocorrência de sinistros “outliers” cujo custo total está acima da média e das previsões razoáveis, além de oscilações positivas da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). Com isso, os aumentos nos custos líquidos de assistência à saúde, à ordem de +24,78%, representaram o maior percentual de aumento dos últimos cinco anos.

### Despesas Líquidas de Assistência à Saúde – R\$ Milhões



A taxa de sinistralidade, que é a relação, expressa em porcentagem, entre a despesa assistencial e a receita de contraprestações (mensalidades) das operadoras de planos de saúde, apresentou aumento expressivo em decorrência das variáveis citadas acima. Em relação a 2020, a sinistralidade se elevou em **+9,65** pontos percentuais, atingindo a marca de **85,68%**, a maior taxa dos últimos cinco anos.

Corroborando o comentado no item 2.1, o aumento da sinistralidade é reflexo não somente de uma, mas de um conjunto de variáveis que afetam fortemente o desempenho e os resultados do S.P.A. SAÚDE nas operações de planos de assistência à saúde.



### 4.3 Operações de Corresponsabilidade pela Gestão dos Riscos Decorrentes do Atendimento dos Beneficiários

As operações de corresponsabilidade em epígrafe objetivam viabilizar a cobertura de assistência à saúde, prevista contratualmente nos planos, em uma região geográfica na qual a operadora não possua vínculo direto com a rede prestadora de serviços assistenciais. No caso do S.P.A. SAÚDE, as outras operadoras indicadas para atendimento aos beneficiários de forma continuada em determinadas regiões são as pertencentes à Rede Unimed. Por meio da RN 430/2017, a ANS deliberou sobre os registros contábeis de tais operações, com efeitos a partir do ano de 2018. As despesas líquidas dessas operações de compartilhamento de risco do ano de 2021 apresentaram aumento de **+28,39%** em relação ao ano de 2020 e estão discriminadas na tabela a seguir.

Operações de Corresponsabilidade Cedida – R\$ Mil

	2018	2019	2020	2021
Corresponsabilidade Cedida (Operadora Unimed)	36.458	38.157	36.549	46.925

### 4.4 Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde

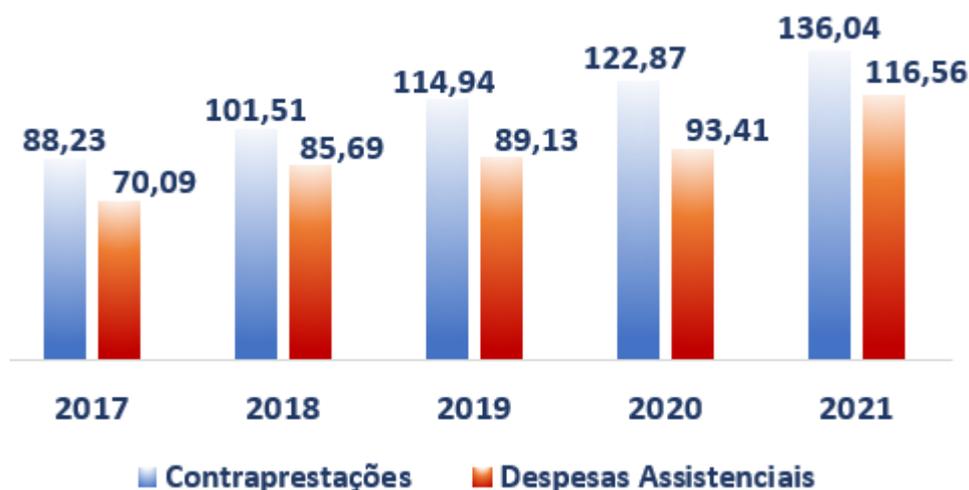
O resultado das operações com planos de assistência à saúde do ano de 2021 registrou queda de **-33,88%** em relação a 2020. O aumento da receita de mensalidades à ordem de +10,72% contribuiu para que essa queda não fosse ainda pior. O percentual elevado das despesas assistenciais líquidas em +24,78% (acima da média e além das previsões orçamentárias de 2021) favoreceu sobremaneira para essa variação negativa na margem de contribuição. Comparando os dois últimos exercícios, em 2020 o resultado das operações com planos de assistência à saúde representava 23,97% do total de mensalidades; em contrapartida, essa representatividade caiu para 14,32% em 2021.

### Operações com Planos de Assistência à Saúde – R\$ Mil

Operações de Assistência à Saúde	2018	2019	2020	2021
Contraprestações (mensalidades)	101.511	114.945	122.872	136.040
(-) Despesas de Assistência à Saúde *	(85.689)	(89.126)	(93.415)	(116.564)
<b>Resultado de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>15.822</b>	<b>25.819</b>	<b>29.457</b>	<b>19.476</b>

\*incluindo operações de corresponsabilidade cedida

### Contraprestações Emitidas e Despesas Assistenciais - R\$ Milhões



### Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde R\$ Milhões



#### 4.5 Outras Receitas e Despesas Operacionais

Dentre outras receitas de menor expressão, sob a rubrica “Outras Receitas Operacionais” foram registrados, em 2021, os estornos de provisões de despesas com contribuições previdenciárias sobre os serviços prestados por profissionais autônomos, contabilizadas desde 12/2018, cuja obrigação legal vinha sendo discutida judicialmente, conforme citado no item 2.2.1.2. Até o mês da resolução do mérito – junho de 2021 -, essas provisões somavam R\$ 1.080.682. Do superávit atingido ao final do exercício, esses estornos representaram 19,67%. Os registros dos referidos estornos envolveram: contabilização de receitas para o período de 12/2018 a 12/2020 e estorno de despesas referente ao período de 01/2021 a 06/2021.

Em relação às “Outras Despesas Operacionais”, o ano de 2021 apresentou um aumento de **+6,21%** na comparação com 2020. O grupo de despesas sobre esta rubrica engloba despesas de naturezas diversas, mas todas relacionadas diretamente com a atividade de planos de assistência à saúde, como por exemplo, despesas com credenciamento da rede assistencial (hospitais, laboratórios, clínicas, consultórios e outros) e custos indiretos da tomada de seus serviços, taxas diversas cobradas pela rede assistencial previstas contratualmente, despesas com cobrança, despesas com contingências judiciais, despesas com provisão de perdas sobre créditos, despesas com programas de promoção e prevenção em saúde e outras.

Essa variação não foi mais expressiva devido à reversão de despesas com Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (PPCLD). Essa provisão reflete não somente as perdas oriundas da inadimplência (essas em montante de pouca significância), mas também as possíveis perdas provenientes de créditos com a recuperação de despesas de assistência médico-hospitalar (glosas de despesas junto à rede assistencial), as quais possuem grande materialidade e representatividade neste grupo de despesas. Em 2021, as recuperações outrora já consideradas como perdas e já baixadas do contas a receber em exercícios anteriores, foram efetivamente recebidas. Dessa forma, os referidos registros de perdas passadas foram estornados, contribuindo positivamente para o superávit apurado ao final do exercício. Os anos de 2020 e 2021 foram encerrados com essa rubrica apresentando, em vez de constituição, reversão de perdas. Por isso o percentual de variação favorável à ordem de +78,18% na comparação entre ambos.

Nas demais despesas desse grupo, houve queda de -5% em relação ao ano de 2020. Por outro lado, os dispêndios em Programas de Promoção e Prevenção em Saúde

apresentaram alta de +54,40%, um dos grandes responsáveis pelas despesas registradas sob a rubrica “Outras Despesas Operacionais”.

Outras Receitas e Despesas Operacionais – R\$ Mil



#### 4.6 Despesas Administrativas

No encerramento de 2021, as despesas administrativas apresentaram **-2,64%** de redução quando comparado com 2020, e representaram 9,48% do total das contraprestações líquidas (mensalidades). As despesas com pessoal próprio são o carro-chefe das despesas administrativas, com uma representatividade de 71,39%. Essas despesas reduziram-se em -6,88%. Isso porque o ano de 2020 apresentou uma grande elevação (pontual) de despesas com pessoal, fruto do pagamento de reclamatória trabalhista. Por isso, quando os dois anos são comparados, a estabilidade do ano de 2021 provoca redução percentual, já que essa despesa em 2020 representou um verdadeiro outlier. Não fosse a reclamatória trabalhista em 2020, o crescimento das despesas de pessoal em 2021 seria da ordem de +16,48% e, ainda assim, abaixo das previsões orçamentárias.

Outro fator que merece destaque nas Despesas Administrativas é o investimento em marketing. A segunda Campanha de Carência Reduzida, iniciada no primeiro semestre de 2020 e concluída no início de 2021, foi uma das grandes iniciativas da área de marketing que rendeu bons frutos. Na média anual, os investimentos

realizados em publicidade e propaganda nos últimos dois anos elevaram-se em +103,25% quando comparados ao ano de 2019.

Nas demais despesas do grupo de Despesas Administrativas, a variação entre 2020 a 2021 foi da ordem de +9,84%, estando dentro dos limites orçamentários.

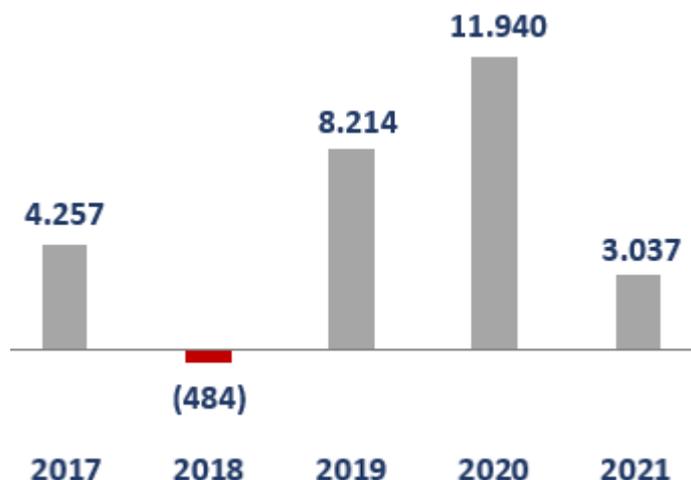
Despesas Administrativas – R\$ Milhões



#### 4.7 Resultado Operacional

Gerencialmente definido como o Resultado apurado sem considerar os Resultados Financeiro e Patrimonial, o Resultado Operacional superavitário de 2021 foi bem mais modesto quando comparado a 2020. O impacto do aumento das despesas assistenciais foi bastante expressivo em 2021. Ainda assim, foi alcançado um resultado das operações à ordem de R\$ 3,04 milhões, sendo fruto da combinação de variações envolvendo: crescimento (+10,72%) das Contraprestações (Mensalidades), significativa alta (+474,40%) em Outras Receitas Operacionais, expressivo aumento (+24,78%) das Despesas de Assistência à Saúde Médico-Hospitalar, redução de Despesas Administrativas (-2,64%) e mediano aumento (+6,21%) de Outras Despesas Operacionais, computando, dessa forma, uma queda de **-74,59%** em relação ao ano anterior. Contrariamente ao ano de 2020, o qual figura na história do S.P.A. SAÚDE como o de melhor desempenho em termos de resultado operacional, o ano de 2021 apresentou desempenho moderado.

Resultado Operacional – R\$ Mil



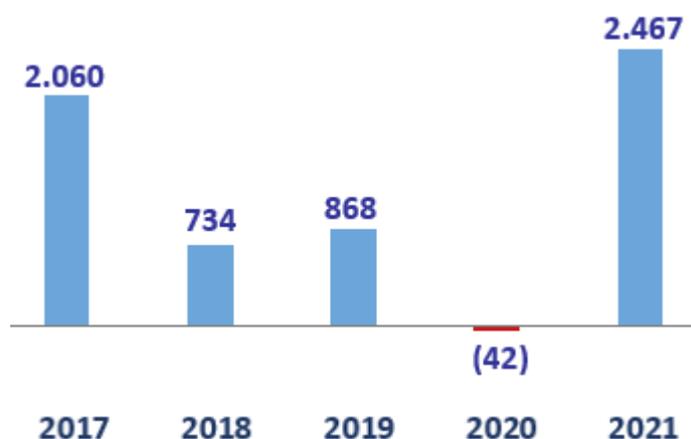
#### 4.8 Resultado Financeiro Líquido

Em 2021, experimentando um contexto de recuperação no mercado financeiro, com elevação gradativa da taxa de juros, além de outros fatores, o resultado financeiro líquido do S.P.A. SAÚDE apresentou um exponencial aumento em comparação ao ano anterior, haja vista 2020 ter apurado praticamente resultado financeiro nulo, dado o baixíssimo déficit de aproximadamente R\$ 42 mil. Três fatores principais tiveram influência direta resultado financeiro de 2021:

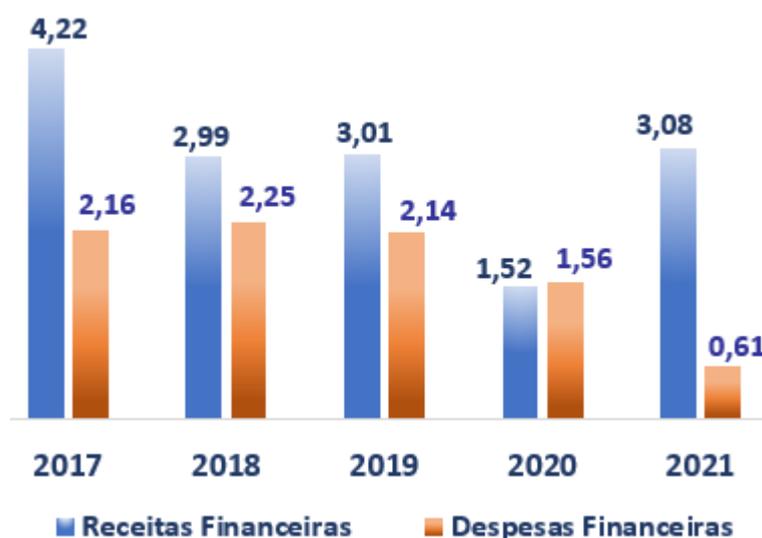
- a) o aumento gradativo da taxa de juros na economia, com a Selic iniciando 2021 em 2% e encerrando em 9,25%, o que elevou os ganhos financeiros da entidade;
- b) a recuperação do mercado financeiro ao longo de 2021, em contrário ao cenário totalmente adverso de 2020, o qual experimentou a agitação nos mercados em relação aos efeitos iniciais da Covid-19, causando muita volatilidade, irracionalidade, apreensão, incerteza, movimentação intensa, rápida fuga de investimentos e medo nesses mercados; e
- c) o fim do efeito danoso dos encargos financeiros oriundos das correções dos Autos de Infração da Prefeitura do Município de São Paulo inerentes ao tributo ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - que assolaram o ano de 2020 e anteriores. Esses encargos deixaram de existir em 2021, haja vista os depósitos judiciais realizados ainda no exercício de 2020, em janeiro e novembro, o que estancou as despesas de correção (monetária e juros) dos referidos Autos.

Nesse novo cenário, os rendimentos sobre os ativos financeiros apresentaram alta de +107,76% em relação a 2020. Favoravelmente, em contrapartida, as despesas financeiras, em decorrência do mencionado acima, apresentaram queda de -61,08%. Essa combinação fez com que receitas e despesas financeiras totais de 2021 consolidassem o aumento expressivo do resultado financeiro ao final do exercício.

Resultado Financeiro Líquido – R\$ Mil



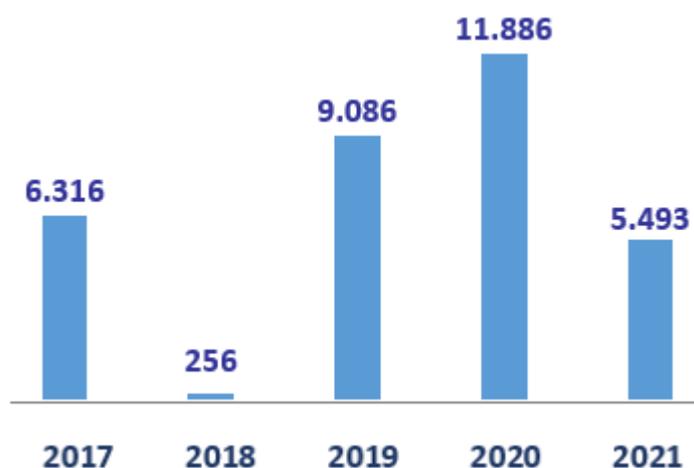
Receitas Financeiras e Despesas Financeiras – R\$ Milhões



#### 4.9 Resultado Líquido

Contrariando uma sequência de superávits históricos, em 2021 o S.P.A. SAÚDE realizou um superávit bem mais modesto, à ordem de R\$ 5,49 milhões. As diversas variáveis citadas nos tópicos anteriores, que culminaram em Resultado Operacional mais moderado, fizeram com que o superávit atingido em 2021 represente uma queda de **-53,79%** em relação a 2020. A margem operacional obtida, que é a razão (representatividade) entre o resultado líquido e o total da receita de mensalidades, apresentou redução de -5,63 pontos percentuais, encerrando 2021 em 4,04%.

Resultado Líquido – R\$ Mil



#### 5. CAPACIDADE FINANCEIRA

Os indicadores econômico-financeiros do S.P.A. SAÚDE apurados no encerramento de 2021 atestam situação financeira muito sólida, corroborando a sustentabilidade, plena capacidade de continuidade das operações e manutenção dos objetivos estatutários.

Esses indicadores são elementos que tradicionalmente representam o conceito de análise de balanço. São cálculos efetuados a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, apurando índices que ajudem no processo de clarificação do entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

O objetivo básico dos indicadores econômico-financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer em período futuro, caso a situação detectada pelos indicadores tenha sequência. Tais indicadores seguem na tabela a seguir e, comparados desde 2017 para melhor entendimento da evolução dos índices, avalizam a supracitada afirmação:

### Indicadores Financeiros

	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Liquidez Geral</b>	1,91	1,76	1,97	2,12	2,22
<b>Liquidez Corrente</b>	3,16	2,77	3,87	3,18	3,23
<b>Liquidez Imediata</b>	2,89	2,56	3,71	3,06	3,09
<b>CCL - R\$ Mil</b>	31.552	32.396	52.233	47.761	52.196
<b>Rentabilidade dos Ativos - %</b>	10,45%	0,39%	11,91%	12,71%	5,52%
<b>Rentabilidade do PL - %</b>	21,35%	0,86%	23,34%	23,39%	9,76%
<b>Margem Operacional - %</b>	7,16%	0,25%	7,90%	9,67%	4,04%
<b>PMA - Suficiência - R\$ Mil</b>	7.555	4.675	11.835	21.170	23.392
Margem de Solvência - R\$ Mil	20.950	24.266	26.940	29.505	32.901
Patrimônio Líquido Ajustado - R\$ Mil	28.505	28.941	38.775	50.675	56.293

*\*\*Nota: De forma a não haver distorção pelo caráter temporal, nos cálculos inerentes à liquidez de curto prazo, bem como ao Capital Circulante Líquido, sobre o montante do Passivo Circulante – exigível de curto prazo –, foram desconsiderados os valores de provisões técnicas que já estão garantidos por depósitos judiciais, haja vista estes figurarem o grupo Realizável de Longo Prazo no Ativo Não Circulante.*

Os investimentos financeiros são realizados de acordo com as diretrizes do Conselho Deliberativo, que buscam, com segurança, otimizar rentabilidade e liquidez. Como os títulos e valores mobiliários do S.P.A. SAÚDE são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo parte destes reservada exclusivamente à cobertura das provisões técnicas, estão classificados na categoria Títulos Disponíveis

para Venda. E, nesse sentido, a entidade declara não possuir títulos e valores mobiliários classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

#### Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda (R\$ Mil)

Investimento Financeiros	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RENDA FIXA</b>	<b>42.209</b>	<b>46.590</b>	<b>67.323</b>	<b>66.974</b>	<b>72.270</b>
<b>Aplicação de Liquidez Imediata</b>	<b>11.279</b>	<b>8.849</b>	<b>17.680</b>	<b>10.007</b>	<b>11.980</b>
Cotas de Fundo de Investimentos	11.279	8.849	17.680	10.007	11.980
<b>Aplic. Garantidoras de Prov. Técnicas</b>	<b>23.911</b>	<b>18.026</b>	<b>18.881</b>	<b>20.137</b>	<b>24.432</b>
Fundo de Investimentos Dedicado ANS	23.911	18.026	18.881	20.137	24.432
<b>Aplicações Livres</b>	<b>7.019</b>	<b>19.715</b>	<b>30.762</b>	<b>36.830</b>	<b>35.858</b>
Cotas de Fundo de Investimentos	7.019	19.715	30.762	36.830	35.858

## 6. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SUPERÁVITS

Considerando que o S.P.A. SAÚDE é uma associação com fins não econômicos, eventuais superávits devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais, sendo vedada a sua distribuição às Associadas, em face do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532/97.

## 7. CAPITAL HUMANO

Sendo uma das bases do Planejamento Estratégico, o R.H. Estratégico do S.P.A. SAÚDE objetiva a valorização e o desenvolvimento do patrimônio humano, com adequação e alinhamento, respectivamente, à estrutura e estratégia da organização.

### R.H. Estratégico

#### Missão

*Ser o elo entre o S.P.A. SAÚDE e seus colaboradores, promovendo o alinhamento de interesses e gerando nível elevado de satisfação de todos os envolvidos.*

### Valores

- ✓ *Olhar humanizado nas relações interpessoais;*
- ✓ *Promover a valorização humana e o desenvolvimento profissional por meio do conhecimento e da inovação;*
- ✓ *Proporcionar credibilidade, respeito e integridade aos colaboradores através da Gestão de Recursos Humanos.*

No encerramento de 2021, o quadro de pessoal estava composto por 79 colaboradores, apresentando variação de 8,22% em relação à 2020. A evolução do número de colaboradores ao longo dos anos, conforme tabela a seguir, evidencia a adequação do capital humano às necessidades de estrutura operacional diante do crescimento do S.P.A. SAÚDE.

A formação profissional do quadro é compatível com a política e exigência do plano de cargos e salários implantado e, alocados na sede social em São Paulo – SP, os colaboradores atuam em suas funções administrativas na estrutura departamental abaixo apresentada.

#### Número de Colaboradores

2017	2018	2019	2020	2021
60	72	72	73	79

#### Áreas Departamentais

Áreas	Número de Colaboradores
Assessoria Médica	9
Departamento Administrativo	4
Departamento de Recursos Humanos	2
Departamento de Comunicação	1
Departamento Contábil / Financeiro	5
Departamento de Tecnologia da Informação	7
Departamento Técnico Operacional	34
Departamento de Relacionamento e Expansão	16
Superintendência	1

O plano de benefícios concedidos aos colaboradores é composto por:

- ✓ Plano de saúde;
- ✓ Vale-refeição;
- ✓ Cesta Básica/Vale-alimentação e Cesta Natalina;
- ✓ Auxílio creche;
- ✓ Seguro de vida;
- ✓ Programa de medicina preventiva e de qualidade de vida;
- ✓ Vacinação contra gripe.

Em relação à rotatividade de pessoal – *Turnover* -, o S.P.A. SAÚDE apresenta índice bastante favorável. *Turnover* refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de colaboradores antigos por novos.

Na pandemia, a área de RH enfrentou grandes desafios, como a construção de novos formatos de trabalho, a adaptação das pessoas à nova situação, a insegurança dos colaboradores sobre o futuro profissional, a reorganização da comunicação interna e a mais transparente possível e o aumento das responsabilidades no que se refere aos cuidados com as pessoas, principalmente no aspecto da medicina preventiva: a implementação dos protocolos de prevenção à Covid-19 (em atenção às determinações e diretrizes das autoridades governamentais e de saúde – Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde) e a intensificação de medidas de segurança para evitar o contágio e disseminação do novo coronavírus entre os colaboradores.

Diante de tantas incertezas que ainda pairam sobre o desfecho desta pandemia, o que existe de certo é que os esforços para a contenção da Covid-19 e a prevenção continuam. A preocupação na gestão de pessoas esteve e está voltada a garantir a preservação da vida e saúde de todo capital humano, bem como em promover um clima de estabilidade, a fim de proporcionar amparo, acolhimento e segurança.

## 8. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Considerando a natureza jurídica do S.P.A. SAÚDE, não foram aplicados recursos em proteção ao meio ambiente, ressalvando, porém, a constante preocupação com a saúde do homem do campo. Atualmente, agregadas aos programas de promoção da

saúde e prevenção de riscos de doenças, foram iniciadas campanhas de conscientização da necessidade de atenção à preservação ambiental.

## 9. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

O ano de 2021 foi iniciado com uma grande expectativa, tanto no cenário nacional quanto internacional: o avanço da vacinação e a recuperação do mundo, de forma a vislumbrar um período para ser chamado de pós-pandemia. Infelizmente a pandemia não acabou, mas, felizmente, enfraqueceu. Ao final de dezembro de 2021, o Brasil já contava com 80% de sua população vacinada com as duas doses da vacina contra Covid-19, marcando, então, o encerramento do ano da esperança.

O mundo veio se organizando ao longo de 2021 e o avanço da vacinação trouxe consigo a esperança de dias melhores. No decorrer, o S.P.A. SAÚDE não desviou de seus objetivos: manteve os investimentos que alicerçam e estruturam o almejado crescimento e que são compromissos de seu Planejamento Estratégico, como a continuidade da ampliação estrutural, os constantes investimentos em tecnologia da informação, o fortalecimento do R.H. Estratégico, a intensificação dos investimentos em marketing, o aprimoramento dos processos internos e gestão de risco e a intensificação das ações relacionadas à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, à ampliação, fortalecimento e qualificação da rede assistencial, à expansão da carteira de beneficiários e cobertura geográfica, à implantação de Governança Corporativa e à expansão dos programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças. E assim persistirá para os próximos exercícios sociais que virão.

Sobre o ano de 2022 ainda pairam incertezas, principalmente em decorrência da velocidade com que o mundo vem, desigualmente, recuperando-se da pandemia da Covid-19, bem como em virtude do desfecho econômico mundial diante da iminência de um conflito militar internacional entre Rússia e Ucrânia. Por outro lado, internamente, muitas certezas: a confiança no agronegócio brasileiro; a retomada de projetos outrora paralisados pela pandemia; a qualidade e continuidade dos serviços oferecidos pelo S.P.A. SAÚDE, com preços justos e competitivos, com acolhimento de seus beneficiários, com uma gestão profissional e transparente, almejando sempre o fortalecimento de sua marca e o fiel cumprimento de sua missão.

Não há segredo para que o S.P.A. SAÚDE atinja sua visão de futuro. Para “*Ser a primeira opção dos produtores rurais em promoção e assistência à saúde*” não há outro caminho que não passe pelo crescimento sustentável, pelo trabalho incansável,



pelo engajamento, pela reinvenção e inovação, pela resiliência e pela colaboração mútua entre todos os agentes da cadeia S.P.A. SAÚDE, que fazem chegar ao produtor rural e seus familiares um plano de saúde de qualidade, seguro e de filosofia diferenciada.

## **AGRADECIMENTOS**

Os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e a Superintendência do S.P.A. SAÚDE reconhecem e agradecem pela dedicação, apoio e empenho de todos os envolvidos para que os resultados aqui apresentados fossem alcançados. Mantém-se a confiança no trabalho e a perseverança nos objetivos, para que os planos de assistência à saúde evoluam permanentemente e atinjam um número cada vez maior de beneficiários.

Agradecimentos especiais às associadas, equipe de colaboradores, rede assistencial, prestadores de serviços, fornecedores, beneficiários e demais parceiros.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**

Luiz Fernando Ribeiro  
Presidente

Ricardo de Oliveira Garcia  
Superintendente

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
(Em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota Explicativa nº</b>	<b>2021 R\$</b>	<b>2020 R\$</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>75.590.105</b>	<b>69.660.259</b>
<b>Disponível</b>	<b>6</b>	<b>12.009.710</b>	<b>10.037.432</b>
<b>Realizável</b>		<b>63.580.395</b>	<b>59.622.827</b>
Aplicações Financeiras	<b>7</b>	60.290.399	56.966.751
Aplicações Garantidoras Provisões Técnicas		24.432.305	20.136.944
Aplicações Livres		35.858.094	36.829.807
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.019.674	1.211.304
Contraprestações Pecuniárias/Prêmio a Receber		535.660	294.916
Participação de Beneficiários em Eventos / Sinistros Indenizáveis		1.437.599	879.427
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	<b>8</b>	46.415	36.961
Créditos Tributários e Previdenciários		2.163	1.781
Bens e Títulos a Receber	<b>9</b>	1.253.896	1.427.421
Despesas Antecipadas		14.263	15.570
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.894.570</b>	<b>23.883.818</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>10</b>	<b>20.223.209</b>	<b>21.129.396</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais		20.223.209	21.129.396
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>3.671.361</b>	<b>2.631.101</b>
Imóveis de Uso Próprio		3.117.646	2.095.786
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		3.117.646	2.095.786
Imobilizado de Uso Próprio		553.715	423.991
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		553.715	423.991
Imobilizações em curso		-	104.044
Outras Imobilizações		-	7.280
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>123.321</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>99.484.675</b>	<b>93.544.077</b>

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Em Reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota Explicativa nº</b>	<b>2021 R\$</b>	<b>2020 R\$</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>25.067.110</b>	<b>24.608.155</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<b>13 e 14</b>	18.767.236	19.595.892
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.110.871	3.339.122
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		4.737.650	5.528.440
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		11.918.715	10.728.330
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		3.932.174	2.127.415
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		-	4.296
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	<b>15</b>	3.892.033	2.111.633
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		40.141	11.486
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	<b>17</b>	944.007	1.692.524
Débitos Diversos	<b>18</b>	1.423.693	1.192.324
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.110.559</b>	<b>18.121.836</b>
Provisões		433.904	445.181
Provisões para Ações Judiciais	<b>19</b>	433.904	445.181
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		17.399.794	17.399.794
Tributos e Contribuições	<b>20</b>	17.399.794	17.399.794
Débitos Diversos		276.861	276.861
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>56.307.006</b>	<b>50.814.086</b>
Patrimônio Social		50.814.086	38.928.071
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		5.492.920	11.886.015
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>99.484.675</b>	<b>93.544.077</b>

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Nota Explicativa nº</i>	<i>2021 R\$</i>	<i>2020 R\$</i>
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>89.115.560</b>	<b>86.322.335</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	<b>22</b>	89.115.560	86.322.335
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		89.115.560	86.322.335
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos</b>		<b>(69.638.954)</b>	<b>(56.865.111)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(68.448.569)	(55.907.076)
Varição da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(1.190.385)	(958.035)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>19.476.606</b>	<b>29.457.224</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	<b>23</b>	1.203.382	209.504
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	<b>24</b>	(4.753.269)	(4.475.315)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.362.171)	(3.539.070)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(1.798.747)	(1.165.005)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		92	31
Provisão para Perdas sobre Créditos		407.557	228.729
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>15.926.719</b>	<b>25.191.413</b>
Despesas Administrativas	<b>25</b>	(12.890.131)	(13.250.955)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>26</b>	<b>2.467.497</b>	<b>(41.655)</b>
Receitas Financeiras		3.077.034	1.524.285
Despesas Financeiras		(609.537)	(1.565.940)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>(11.165)</b>	<b>(12.788)</b>
Receitas Patrimoniais		6.760	8.179
Despesas Patrimoniais		(17.925)	(20.967)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>5.492.920</b>	<b>11.886.015</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>5.492.920</b>	<b>11.886.015</b>

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Nota Explicativa nº</i>	<i>Patrimônio Social R\$</i>	<i>Déficit/ Superávit do Exercício R\$</i>	<i>Total R\$</i>
<b>Saldo em 31.12.2019</b>		<b>29.841.789</b>	<b>9.086.282</b>	<b>38.928.071</b>
Aumento do Patrimônio Social com Superávit		9.086.282	(9.086.282)	-
Superávit do Exercício		-	11.886.015	11.886.015
<b>Saldo em 31.12.2020</b>		<b>38.928.071</b>	<b>11.886.015</b>	<b>50.814.086</b>
Aumento do Patrimônio Social com Superávit		11.886.015	(11.886.015)	-
Superávit do Exercício	<b>21</b>	-	5.492.920	5.492.920
<b>Saldo em 31.12.2021</b>		<b>50.814.086</b>	<b>5.492.920</b>	<b>56.307.006</b>

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> R\$	<b>2020</b> R\$
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	135.183.796	122.489.403
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	125.859.893	126.524.644
(+) Outros Recebimentos Operacionais	12.943.122	11.276.387
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(120.706.635)	(94.772.142)
(-) Pagamento de Pessoal	(5.670.903)	(5.039.154)
(-) Pagamento de Pró-labore	(197.629)	(174.416)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.678.949)	(2.251.963)
(-) Pagamento de Tributos	(6.810.226)	(5.597.245)
(-) Pagamentos de Processos (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(274.194)	(19.964.446)
(-) Pagamento de Promoção / Publicidade	(754.220)	(792.166)
(-) Aplicações Financeiras	(128.605.000)	(124.980.000)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(7.070.808)	(6.428.117)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.218.247</b>	<b>290.785</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	160	2.395
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	6.600	7.260
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.222.413)	(440.341)
(-) Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	-	(33.324)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.215.653)</b>	<b>(464.010)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.594</b>	<b>(173.225)</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>14.807</b>	<b>188.032</b>
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>17.401</b>	<b>14.807</b>
Ativos Livres no Início do Período	36.829.806	30.761.504
Ativos Livres no Final do Período	35.858.094	36.829.806
Diminuição/Aumento nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(971.712)	6.068.302

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações  
Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.



**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
**(Em Reais)**

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <b>R\$</b>	<b>2020</b> <b>R\$</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>5.492.920</b>	<b>11.886.015</b>
Componentes do Resultado Abrangente	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>5.492.920</b>	<b>11.886.015</b>

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo parte integrante das mesmas.

**S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**  
**CNPJ nº 69.259.356/0001-40**

**RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO**  
**FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída e organizada sob a forma de Associação com fins não econômicos, de natureza Assistencial, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP, podendo abrir representações em quaisquer Estados da Federação, que tem por finalidade a realização de atividades assistenciais destinadas aos beneficiários de suas entidades associadas, no âmbito de sua cobertura geográfica.

Constituem objetivos sociais do S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, a serem cumpridos sob as formas fixadas no Estatuto e nas Resoluções de seus Órgãos competentes e/ou Regulamentos específicos:

I. Assegurar a cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede-credenciada ou própria, contratada ou referenciada, visando à assistência médica e hospitalar, a ser paga integral ou parcialmente pelo S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do beneficiário, observada a opção efetuada;

II. Promoção de atividades de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e educativas, diretamente ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas;

III. Manter Convênios de reciprocidade com entidades congêneres visando oferecer melhores condições de atendimento aos seus beneficiários, bem como de cooperação técnica com a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, Ministério da Saúde e outras organizações, com vistas a promover estudos e pesquisas em prol do sistema suplementar de assistência à saúde.

Gozam da qualidade de Associadas, podendo ao S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL se associar, as Cooperativas, as Confederações, as Federações, os Sindicatos e as Associações de produtores rurais sediadas no âmbito de cobertura geográfica da assistência prestada.

Para efeito da realização dos objetivos sociais, consideram-se beneficiários titulares os respectivos Cooperados e Associados das entidades especificadas no parágrafo anterior.

O S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL está classificado junto à AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR no segmento de autogestão não patrocinada.

## **NOTA 2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos estabelecidos pelas Resoluções Normativas da ANS - RN nº 435 de 23/11/2018 e RN nº 446 de 01/11/2019.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais, omitidos os centavos.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Deliberativo do S.P.A. SAÚDE em 23 de fevereiro de 2022.

## **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **3.1 – Base de Preparação e Apresentação**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado em Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as RN nº 435/2018 e nº 446/2019 da ANS, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**3.1.1 - Ativo Circulante** - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

#### **3.1.1.1 - Caixa e equivalentes de Caixa - Disponibilidade**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

#### **3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de Ativos Financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; investimentos, mantidos até o vencimento; empréstimos e recebíveis e Ativos Financeiros disponíveis para venda e Passivos Financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros Passivos Financeiros.

#### **3.1.1.3 – Aplicações Financeiras**

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

#### **3.1.1.4 – Contraprestação Pecuniária a Receber**

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde disponibilizados pelo S.P.A. SAÚDE.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas há mais de 90 dias.

#### **3.1.1.5 – Demais Créditos a Receber**

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

#### **3.1.1.6 – Bens e Títulos a Receber**

##### **3.1.1.6.1 – Bens à Venda**

Os ativos não correntes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor justo menos os custos de vendas e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria, e não são depreciados.

O imóvel está classificado para venda, em razão da intenção do S.P.A. SAÚDE, e é reconhecido pelo seu valor de avaliação descrito no Auto de Penhora na Execução de

Título Extrajudicial (nº 1.156/2008) movido pelo S.P.A. SAÚDE contra a COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE AVARÉ, acrescido dos dispêndios realizados para transferência de propriedade, como impostos e outros custos de transação.

### 3.1.2 - Ativo Não Circulante

#### 3.1.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Judiciário. Não há constituição para provisão de perdas com os Depósitos Judiciais cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado na provisão para contingência.

Os outros créditos são reconhecidos pelo valor justo. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

#### 3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<i><b>Descrição</b></i>	<i><b>Anos</b></i>
Imóveis	25
Móveis e Utensílios	10
Equipamentos de Informática	05
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	05

### 3.1.3 – “Impairment” de Ativos não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do Ativo excede seu valor recuperável.

### 3.1.4 – “Impairment” de Ativos Financeiros

A Operadora avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um Ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do Ativo Financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.



Os critérios que a Operadora usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

**3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

#### **3.1.5.1 – Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais**

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos Planos de Saúde disponibilizado pela Operadora, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tal os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

Os eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS são registrados pelos valores notificados pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS atendendo as diretrizes da Instrução Normativa Conjunta - INC Nº 5, de 30 de setembro de 2011 da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE e da Diretoria de Desenvolvimento Setorial – DIDES e as normas e procedimentos estabelecidos na RN nº 435/2018. Alguns destes eventos encontram-se devidamente atualizados com os encargos financeiros até a data de seu respectivo depósito judicial, haja vista serem obrigações vencidas, as quais a Operadora vinha questionando judicialmente a legalidade das cobranças desse Ressarcimento.

#### **3.1.5.2 – Débitos a Liquidar para Operadoras de Plano de Assistência Médico-Hospitalar**

Os débitos a liquidar para Outras Operadoras são as obrigações oriundas das operações de corresponsabilidade – cedida e em modalidade de pós-pagamento - pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos associados dos Planos de Saúde disponibilizados pela Operadora.

As contraprestações a pagar pela corresponsabilidade cedida são reconhecidas pelo valor justo, cujos valores dos serviços prestados por outras Operadoras estão estabelecidos em cláusulas contratuais, sendo o prazo médio de pagamento não superior a 30 dias.

#### **3.1.5.3 - Tributos e Contribuições a Recolher**

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador.



#### **3.1.5.4 – Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

#### **3.1.5.5 – Provisões**

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

As provisões para Ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais são reconhecidas quando a Entidade: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **3.1.6 - Patrimônio Social**

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

#### **3.1.7 - Reconhecimento da Receita**

##### **(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde**

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo “pró-rata-die”.

##### **(b) Receita Financeira**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, mas não se limitando a seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis e o valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

#### NOTA 5 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Operadora se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez:

##### a. Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de Caixa e equivalentes de Caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as normas do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade no pagamento da mensalidade.

##### b. Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Gerência Financeira através da monitorização das previsões orçamentárias para assegurar que a Operadora tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Operadora, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

#### NOTA 6 – DISPONÍVEL

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
Caixa	4.480	3.897
Numerário em Trânsito	11.897	15.009
Bancos Conta Movimento	12.921	10.909
Aplicações de Liquidez Imediata (a)	11.980.412	10.007.617
<b>Total</b>	<b>12.009.710</b>	<b>10.037.432</b>

- (a) Correspondem às aplicações financeiras efetuadas no mercado financeiro, em fundos de investimentos de renda fixa e que estão livres para movimentação do S.P.A. SAÚDE, sendo movimentadas nas operações diárias de seu fluxo de caixa.

#### NOTA 7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão apresentadas a seguir e estão classificados na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, como segue:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
<b>Aplicação de Liquidez Imediata (Nota nº 6)</b>	<b>11.980.412</b>	<b>10.007.617</b>
Cotas de Fundo de Investimentos	11.980.412	10.007.617
<b>Aplicações Financeiras de Natureza Não Imediata</b>	<b>60.290.399</b>	<b>56.966.751</b>
<b>Aplicações Garantidores de Provisões Técnicas (a)</b>	<b>24.432.305</b>	<b>20.136.944</b>
Fundo de Investimentos Dedicado ANS	24.432.305	20.136.944
<b>Aplicações Livres</b>	<b>35.858.094</b>	<b>36.829.807</b>
Cotas de Fundo de Investimentos	35.858.094	36.829.807
<b>Total em Renda Fixa</b>	<b>72.270.811</b>	<b>66.974.368</b>

- (a) Em atendimento à Resolução Normativa (RN) nº 392, de 09 de dezembro de 2015, alterada pela Resolução Normativa (RN) nº 419 de 26 de dezembro 2016, da ANS, os Ativos Garantidores das Provisões Técnicas são compostos por aplicações financeiras para Lastro e Vinculadas em Fundo de Investimentos Dedicado à própria ANS.

Os títulos e valores mobiliários da Operadora são destinados integralmente à cobertura de suas operações, sendo que parte deles destinados exclusivamente à cobertura das Provisões Técnicas.

#### NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
Créditos com Recuperação de Despesas de Eventos	18.941	10.467
Outros Créditos Operacionais	33.701	32.721
(-) Provisão Para Perdas sobre Créditos	(6.227)	(6.227)
<b>Total</b>	<b>46.415</b>	<b>36.961</b>

## NOTA 9 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

Correspondem, dentre outros bens e títulos, ao valor do Imóvel obtido por meio da Execução de Título Extrajudicial, sob nº 1156/2008 (contra a COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE AVARÉ), incorporado ao Patrimônio do S.P.A. SAÚDE, em 2011, acrescido dos dispêndios realizados para transferência de propriedade, como impostos e outros custos de transação no ano de 2014, e destinado à venda, conforme aprovações do Conselho Deliberativo - em atas registradas em cartório - referentes a aceitação de propostas de compra.

## NOTA 10 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, está demonstrado da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos <b>(a)</b>	17.877.885	17.872.683
Depósitos Judiciais	2.345.324	3.256.713
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
- Execução Judicial Pessoa Jurídica <b>(b)</b>	207.714	207.714
- Execução Judicial Pessoa Física <b>(c)</b>	232.544	232.544
- ( - ) Provisão para Perdas sobre Créditos	(440.258)	(440.258)
<b>Total</b>	<b>20.223.209</b>	<b>21.129.396</b>

### **(a) Autos de Infração - ISSQN**

Referem-se aos depósitos judiciais realizados no exercício de 2020, nos meses de janeiro e novembro, ante às execuções fiscais interpostas pela Prefeitura do Município de São Paulo, com referência aos autos de infração do ISSQN citados na Nota Explicativa nº 20.

### **(b) Cooperativas em Execução Fiscal**

Foi constituída provisão total para riscos de perdas dos créditos a receber, tendo em vista o Parecer da Assessoria Jurídica.

### **(c) Processos Judiciais em Andamento**

A entidade vinha contestando judicialmente a legalidade da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e a Cooperativas de Trabalho Médico, bem como os Ressarcimentos ao SUS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - mediante depósito judicial. Em quatro de janeiro de 2001, foi interposto Requerimento de Instauração de Inquérito Policial em face de conduta perpetrada por DOMINGOS BENEDITO VALARELLI pela apropriação indébita do numerário destinado aos recolhimentos dos Depósitos Judiciais. O Processo foi transitado em julgado, restando apenas a penhora dos bens do Réu. Considerando o Parecer dos Assessores Jurídicos, será difícil o S.P.A. SAÚDE conseguir realizar esse crédito, tendo sido, portanto, constituída provisão total para perda na realização desse crédito.

### NOTA 11 - IMOBILIZADO

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>Custo R\$</i>	<i>Depreciação R\$</i>	<i>Líquido 2021 R\$</i>	<i>Líquido 2020 R\$</i>
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares	4.037.725	(920.079)	3.117.646	2.095.785
Bens Móveis – Não Hospitalares	1.287.976	(734.261)	553.715	423.992
Instalações - Não Hospitalares	-	-	-	1.142
Móveis e Utensílios	289.086	(106.559)	182.527	150.214
Computadores e Periféricos	536.584	(357.782)	178.802	148.643
Máquinas e Equipamentos	142.517	(41.569)	100.948	84.433
Veículos	319.789	(228.351)	91.438	39.560
Imobilizações em curso	-	-	-	104.044
Outras Imobilizações – Não Hospitalares	-	-	-	7.280
<b>Total</b>	<b>5.325.701</b>	<b>(1.654.340)</b>	<b>3.671.361</b>	<b>2.631.101</b>

### NOTA 12 - INTANGÍVEL

Refere-se aos gastos com software próprio, como segue:

<i>Descrição</i>	<i>Custo R\$</i>	<i>Amortização R\$</i>	<i>Líquido 2021 R\$</i>	<i>Líquido 2020 R\$</i>
Sistema de Computação	2.273.495	(2.273.495)	-	103.791
Marcas Comerciais	-	-	-	19.530
<b>Total</b>	<b>2.273.495</b>	<b>(2.273.495)</b>	<b>-</b>	<b>141.616</b>

### NOTA 13 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Resolução Normativa RN nº 393/2015, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, alterada pela Resolução Normativa RN nº 430/2017 e nº 442/2018, dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde a partir de 1º de janeiro de 2016.



#### **a) Provisão de Eventos a Liquidar**

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2021, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento ao SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzidos pelo percentual histórico de cobrança individual da Operadora (% hc), bem como com base nos avisos de cobrança (GRU). Em dezembro de 2021, por ocasião da extinção de processos judiciais existentes, foi realizada a baixa de algumas das obrigações com esses eventos, as quais a Operadora vinha questionando judicialmente a legalidade das referidas cobranças.

#### **b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**

A Resolução Normativa RN nº 160/2007, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, tornou obrigatória a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA). Enquanto não aprovada a metodologia de cálculo definida em Nota Técnica Atuarial, as Operadoras devem calcular a PEONA a partir de percentuais aplicados sobre o total de contraprestações emitidas líquidas e do total de eventos indenizáveis dos últimos 12 (doze) meses, ambos na modalidade pré-pagamento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) foi calculada de acordo com o artigo 9º, da Resolução Normativa RN nº 274/2011 e Resoluções Normativas RN nº 393/2015 e 442/2018, da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

#### **c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - SUS**

A Resolução Normativa RN nº 442/2018 promoveu alterações na RN nº 393/2015 e, dentre essas, instituiu a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS. Em 31 de dezembro de 2021, a PEONA SUS foi constituída de acordo com os artigos 12-A e 20-A e Anexo VIII da RN nº 393/2015 da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS.

#### **d) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha**

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída pelo valor mensal cobrado pela Operadora para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

#### NOTA 14 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS A LIQUIDAR

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituições R\$</i>	<i>Reversões Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	-	136.190.056	136.190.056	-
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	3.339.122	832.231	2.060.482	2.110.871
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	5.528.440	77.386.748	78.177.538	4.737.650
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores	10.444.102	1.119.310	-	11.563.412
Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS	284.228	185.955	114.880	355.303
<b>TOTAL</b>	<b>19.595.892</b>	<b>215.714.300</b>	<b>216.542.956</b>	<b>18.767.236</b>

#### NOTA 15 - OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Em 31 de dezembro de 2021, os valores totais a pagar às Operadoras de Planos de Saúde referentes às operações de corresponsabilidade cedida - no compartilhamento da gestão de risco decorrentes do atendimento de seus beneficiários, foram:

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituições R\$</i>	<i>Reversões Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Transferida – Modalidade de pós-pagamento	2.111.633	53.203.585	51.423.185	3.892.033
<b>TOTAL</b>	<b>2.111.633</b>	<b>53.203.585</b>	<b>51.423.185</b>	<b>3.892.033</b>

#### NOTA 16 - CORRESPONSABILIDADE CEDIDA

Desde o exercício de 2018, em cumprimento às determinações da Resolução Normativa RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017, a qual vigora desde 1º de janeiro de 2018 e dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, o S.P.A. SAÚDE registra suas operações de corresponsabilidade na gestão dos riscos decorrentes do atendimento de seus beneficiários, conforme contratos estabelecidos com Operadoras de Plano de Assistência Saúde da rede Unimed, na modalidade de pós-pagamento, as quais

disponibilizam - aos beneficiários do S.P.A. SAÚDE - acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede prestadora de serviços de assistência à saúde.

Para as informações do quadro a seguir, em atendimento à Resolução Normativa RN nº 446/2019 da ANS, esclarece-se que o S.P.A. SAÚDE opera, exclusivamente:

- a) planos de saúde coletivos por adesão e coletivos empresariais;
- b) planos de saúde com cobertura assistencial com preço preestabelecido;
- c) planos de saúde regulamentados (planos “depois da Lei nº 9.656/98”).

Além disso, informa que realiza, no compartilhamento da gestão de riscos (decorrentes do atendimento de beneficiários) envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, única e exclusivamente:

- a) operações de corresponsabilidade cedida;
- b) operações de corresponsabilidade em preço pós-estabelecido.

As informações sobre corresponsabilidade cedida em 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde (Médico-Hospitalar)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2021 R\$	2020 R\$
<b>1 - Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido</b>		
- Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	41.358.641	32.701.183
- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	5.565.933	3.848.266
<b>Total</b>	<b>46.924.574</b>	<b>36.549.449</b>

Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde (Médico-Hospitalar)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)	
	2021 R\$	2020 R\$
<b>1 - Cobertura Assist. com Preço Preestabelecido</b>		
- Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	65.717.946	53.193.867
- Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	2.730.623	2.713.209
<b>Total</b>	<b>68.448.569</b>	<b>55.907.076</b>

## NOTA 17 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2021 R\$	2020 R\$
INSS a Recolher (a)	168.458	1.009.813
FGTS a Recolher	52.876	44.995
PIS s/ Folha a Recolher	6.659	5.723
ISS Retido	6.135	6.017
IRRF a Recolher	183.621	232.546
CSRF (Retenção 4,65%) a Recolher	272.168	210.759

COFINS s/ Rendimentos Financeiros a Recolher	21.476	5.294
COFINS s/ Outras Receitas	42	194
Taxa de Saúde Suplementar – TSS (b)	231.273	177.183
Outros Tributos	1.299	-
<b>Total</b>	<b>944.007</b>	<b>1.692.524</b>

- (a) No exercício de 2019, o S.P.A. SAÚDE ingressou com ação (Processo nº 5000264-76.2019.4.03.6100) visando obter provimento jurisdicional que o autorizasse deixar de realizar o pagamento da contribuição previdenciária, prevista no art. 22, III, da Lei n. 8.212/1991, incidente sobre os serviços prestados por contribuintes individuais/profissionais autônomos aos beneficiários dos planos de saúde por ele administrados, posto que o vínculo formado entre a operadora de plano de saúde e os médicos credenciados (profissionais autônomos) não implica a prestação de serviços.

Na resolução do mérito, em primeira instância, foi julgado procedente o pedido para considerar indevido o recolhimento, bem como o ressarcimento do indébito (respeitado o prazo prescricional quinquenal), considerando que não há incidência de contribuição previdenciária por inexistência, *in casu*, de fato gerador. Pela União Federal não fora apresentado recurso, contudo, devido à natureza do tema envolvido, o processo foi encaminhado ao TRF3. Em junho de 2021 o TRF3 julgou e manteve a sentença - o trânsito em julgado do acórdão -, e em agosto de 2021 foi iniciada a liquidação de sentença para a exata apuração dos valores a serem recebidos pelo S.P.A. SAÚDE, sendo que o processo se encontra na fase de realização de perícia contábil para a apuração dos valores. O montante referente à repetição de indébito é de R\$ 2.110.935,59 e compreende os meses de competência 12/2013 a 11/2018. As contribuições previdenciárias reconhecidas na escrituração contábil a partir de 12/2018 até 12/2021 a título de obrigação legal, e suas respectivas atualizações, foram revertidas para conta do Resultado do exercício.

- (b) Desde o segundo semestre de 2018, o S.P.A. SAÚDE vem depositando judicialmente a Taxa de Saúde Suplementar da ANS - TSS, prevista no art. 20, I, da Lei nº 9.961/2000, em razão de sua participação no polo ativo da ação coletiva ajuizada e movida pela UNIDAS – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, na qual requer o reconhecimento da inexigibilidade da referida taxa (TSS) e, conseqüentemente, o direito à devolução dos valores indevidamente recolhidos, nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação coletiva e daqueles depositados no curso da ação.

Mensalmente, o S.P.A. SAÚDE procede com o registro contábil da referida taxa até que haja a resolução definitiva do mérito.

## NOTA 18 – DÉBITOS DIVERSOS

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <b>R\$</b>	<b>2020</b> <b>R\$</b>
Obrigação com Pessoal	1.028.462	921.830
Fornecedores	249.544	197.584
Depósitos de beneficiários e de terceiros	-	7.715
Outros Débitos a Pagar	145.686	65.195
<b>Total</b>	<b>1.423.692</b>	<b>1.192.324</b>

### NOTA 19 – PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

O S.P.A. SAÚDE avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, aprovado pela Resolução Normativa RN Nº 435/2018, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- (a) **Acordo**- eventos acordado entre as partes.
- (b) **Provável**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) **Possível**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.
- (d) **Remota**- a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

O S.P.A. SAÚDE possui Processos Judiciais de natureza cível, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

#### **Contingências Ativas**

##### **Probabilidade de Ganho - R\$**

<i>Natureza</i>	<i>Quante.</i>	<i>Remota</i>	<i>Possível</i>	<i>Provável</i>	<b>2021</b> <b>Total</b>	<b>2020</b> <b>Total</b>
Fiscais (a)	33	303.819	614.195	2.110.936	3.028.950	10.952.914
Cíveis (b)	7	339.691	2.582.454	94.090	3.016.235	556.093
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>643.510</b>	<b>3.196.649</b>	<b>2.205.026</b>	<b>6.045.185</b>	<b>11.509.007</b>

(a) Correspondem, em sua maioria, aos Processos envolvendo i) Ressarcimentos ao SUS e Taxa de Saúde Suplementar – TSS, cujos valores são objeto de depósitos judiciais, ii) União Federal - Fazenda Nacional – referente à cessão do pagamento de contribuições previdências e repetição do indébito, mencionados na Nota Explicativa nº 17 (a) - e iii) Prefeitura do Município de São Paulo referente execução fiscal dos autos de infração do tributo ISS, conforme trata a Nota Explicativa nº 20.

(b) Correspondem aos valores das Ações de Execução Judicial junto às Associadas da Operadora, cujos valores já se encontram reconhecidos, conforme comentado na Nota Explicativa nº 10 (b) e (c), além de ações movidas contra pessoas jurídicas do segmento de prestação de serviços e de fornecimento de medicamentos.

### **Contingências Passivas**

#### **Probabilidade de Perda – R\$**

<b>Natureza</b>	<b>Quant/de.</b>	<b>Remota</b>	<b>Possível</b>	<b>Provável</b>	<b>Total</b>	<b>2021 Perda Constit.</b>	<b>2020 Perda Constit.</b>
Cível	70	55.817	935.292	433.404	1.424.512	433.404	444.681
Trabalhista	1	-	-	500	500	500	500
Fiscal	35	243.398	19.706	-	263.104	-	-
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>299.215</b>	<b>954.998</b>	<b>433.904</b>	<b>1.688.116</b>	<b>433.904</b>	<b>445.181</b>

Com base na avaliação dos seus Assessores Jurídicos, a Administração do S.P.A. SAÚDE constituiu provisão no montante de R\$ 433.904 para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **NOTA 20 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER (E.L.P.)**

Correspondem aos valores dos Autos de Infração nºs 67.147.046 / 67.147.224 / 67.148.280 / 67.147.399 / 67.147.461 / 67.148.395 / 67.147.917 / 67.147.950 / 67.148.018 / 67.148.050 / 67.149.740 / 67.149.782 / 67.149.847 e 67.149.910, da PMSP - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - lavrados contra o S.P.A. SAÚDE, em 11/12/2015, os quais se referem ao pleito da PMSP sobre o ISS – Imposto Sobre Serviços - enquadramento tributário: Art. 16, da Lei nº 13701/2003, inerentes aos meses de competência 01/2010 a 12/2014, e, devidamente corrigidos com multa, juros e atualização monetária. Subsidiada pela Assessoria Jurídica, a Administração da Operadora, pelo fato do S.P.A. SAÚDE ser uma Autogestão, classificada como tal pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, entende que as contraprestações recebidas de suas Associadas não constituem fato gerador do ISSQN, e, por isso protocolou junto a Prefeitura recurso administrativo contra os citados Autos. Apesar deste entendimento, conservadoramente, a Administração da Operadora optou pelo seu registro.

Em 05 de dezembro de 2017 a PMSP efetuou a inscrição dos valores dos Autos de Infração supracitados em dívida ativa e, posteriormente, em janeiro de 2018, realizou cobranças extrajudiciais, bem como cobranças judiciais, por meio de execuções fiscais.

Em face dessa posição da Prefeitura, a Operadora interpôs, com respaldo do Código Tributário Nacional, que em seu art. 150, III, expressa que os recursos suspendem a exigibilidade dos tributos, Ação Declaratória de Inexistência de Crédito Constituído, tendo em vista que a Municipalidade, até então, não havia apreciado os recursos administrativos que foram interpostos, inclusive das alegações, em preliminar, de sua tempestividade e inobservância do princípio da motivação.

Nos autos das execuções ajuizadas o S.P.A. SAÚDE ingressou com Exceções de Pré-Executividade e conseguiu, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a suspensão dos protestos encaminhados pela Municipalidade, tendo o desembargador-relator reconhecido que os recursos administrativos interpostos e ainda não apreciados sustam a liquidez e a certeza das cobranças, reconhecendo, portanto, os argumentos da Operadora. Todavia, no curso do exercício de 2019, a PMSP apreciou os referidos recursos, indeferindo o pleito do S.P.A. SAÚDE, o que prejudica a decisão supracitada.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo de 19 de dezembro de 2019, foi decidida a realização de depósitos judiciais referentes aos Autos de Infração ajuizados pela Municipalidade.

Diante do desajuizamento administrativo e execuções fiscais interpostas pela PMSP, o S.P.A. SAÚDE realizou depósitos judiciais em sua integralidade, nos meses de janeiro e novembro de 2020, apresentando os embargos às referidas execuções. Em abril e maio de 2021, a Municipalidade solicitou o complemento de depósitos relativos aos honorários advocatícios em três Execuções Fiscais em curso: em apenas uma delas houve deferimento para realização do complemento pleiteado. Dessa forma, o montante total depositado judicialmente passou a ser da ordem de R\$ 17.877.095.

Para o período não autuado pela Prefeitura - 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2021 – encontram-se prescritos os anos de 2015 e 2016. Nesse sentido, considerando apenas o período passível de autuação – últimos cinco anos (1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021) -, o montante estimado do ISS - Imposto Sobre Serviços - apurado pelo S.P.A. SAÚDE, incluídos os encargos financeiros pelo não recolhimento e acréscimo de multa pela falta de obrigações acessórias, é de R\$ 6.532.247, o qual não está contemplado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, haja vista o entendimento do S.P.A. SAÚDE de que o imposto municipal não é devido por ele.

#### **NOTA 21 – SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DE 2021**

O Superávit é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

#### **NOTA 22 – RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE**

<b>Descrição</b>	<b>2021 R\$</b>	<b>2020 R\$</b>
Contraprestações Pecuniárias Emitidas (a)	136.125.961	123.023.221
Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida (b)	(46.924.574)	(36.549.449)
Outras Deduções das Contraprestações	(85.827)	(151.437)
<b>Total</b>	<b>89.115.560</b>	<b>86.322.335</b>



- (a) Referem-se às contraprestações decorrentes das operações com Planos de Assistência à Saúde e correspondem aos valores das mensalidades dos associados aos planos de saúde disponibilizados pelo S.P.A. SAÚDE, sendo apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco por meio do cálculo “pró-rata-die”.

**Renúncia de Cobrança retroativa - a partir de 1º de janeiro de 2021 - referente à suspensão de Reajuste Anual e Por Faixa Etária de 2020**

Em reunião realizada em agosto/2020, diante de um cenário de retração econômica acarretada pela pandemia da Covid-19, a Diretoria Colegiada (DICOL) da ANS decidiu pela suspensão dos reajustes anual e por faixa etária. Reunida novamente em novembro/2020, a DICOL definiu que os beneficiários de planos de saúde que tiveram suspensas as cobranças de reajuste anual e por faixa etária entre setembro e dezembro de 2020 teriam diluído o pagamento desses valores em 12 meses, a partir de janeiro de 2021, cabendo às operadoras de planos de saúde esclarecer os valores cobrados nos respectivos boletos de cobrança.

Diante do cenário apresentado e apesar de autorizado pela ANS, o Conselho Deliberativo do S.P.A. Saúde decidiu por não cobrar dos beneficiários o reajuste financeiro do período de setembro a dezembro de 2020 e os valores referentes à suspensão de reajustes de variações de faixas etárias ocorridas entre janeiro a agosto de 2020, no período de setembro a dezembro de 2020. Tais reajustes foram aplicados a partir de janeiro/2021, sem a cobrança retroativa.

- (b) Referem-se as operações de compartilhamento da gestão de riscos decorrentes do atendimento de seus beneficiários envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme contratos estabelecidos com Operadoras de Plano de Assistência Saúde da rede Unimed, na modalidade de pós-pagamento, conforme mencionado em Nota Explicativa nº 16.

**NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

Referem-se a outras receitas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2021 R\$</b>	<b>2020 R\$</b>
Confecção de Carteirinha	10.349	10.343
Outras Receitas Operacionais (a)	1.193.033	199.161
<b>Total</b>	<b>1.203.382</b>	<b>209.504</b>

- a) Em sua maior parte, referem-se à reversão das despesas com contribuição previdenciária (e suas devidas atualizações) mencionadas no item “a” da Nota Explicativa nº 17.

#### NOTA 24 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se a outras despesas provenientes de operações relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
Outras Desp. de Operação Assistência à Saúde	2.511.745	2.742.809
Programa Promoção à Saúde e Prev. Riscos de Doenças	1.798.747	1.165.005
Taxas Adm./Manutenção/Inscrição de Rede Contratada	850.334	796.230
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(407.557)	(228.729)
<b>Total</b>	<b>4.753.269</b>	<b>4.475.315</b>

#### NOTA 25 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Estão compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
Despesas com a Administração	325.434	281.593
Despesas com Empregados	8.876.935	9.600.542
Despesas com Serviços de Terceiros	1.154.593	1.010.986
Despesas com Locação e Funcionamento	1.363.539	1.099.146
Despesas com Publicidade e Propaganda	654.658	638.646
Despesas com Tributos	198.545	210.041
Despesas com Multas Administrativas	208	32.000
Despesas Administrativas Diversas	316.219	378.001
<b>Total</b>	<b>12.890.131</b>	<b>13.250.955</b>

#### NOTA 26 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>3.077.034</b>	<b>1.524.286</b>
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	3.003.783	1.445.803
Receitas Financeiras c/ Operações de Assist. à Saúde	73.166	78.483
Outras Receitas Financeiras	85	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(609.537)</b>	<b>(1.565.940)</b>
Desp. Financ. do Ressarcimento ao SUS/Multas ANS	(33.983)	(2.994)
Desp. Financeiras de Encargos s/ Tributos (a)	(1.863)	(1.239.753)
IOF/IRRF/COFINS s/ Transações Financeiras e Outros	(573.691)	(323.193)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>2.467.497</b>	<b>(41.654)</b>

- (a) No ano de 2020, correspondem, dentre outras despesas financeiras de encargos sobre tributos, aos juros, multa e atualização monetária incidentes sobre os Autos de Infração da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20. A partir do mês imediatamente posterior aos depósitos judiciais realizados em novembro de 2020, os valores dos Autos deixaram de ser corrigidos mensalmente referente à incidência de juros e correção monetária, reduzindo os encargos financeiros.

## NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O Patrimônio Líquido Ajustado e a Margem de Solvência em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 do S.P.A. SAÚDE estão demonstrados a seguir:

### a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
( + )	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>56.307.006</b>	<b>50.814.086</b>
( + )	Lucros Não Realizados Carteiras de Ações	-	-
( + )	Receitas Antecipadas	-	-
( - )	Participação em OPS avaliados por Equivalência Patrimonial	-	-
( - )	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
( - )	Despesas Antecipadas	(14.263)	(15.570)
( - )	<b>Ativo Não Circulante - Intangível</b>	-	<b>(123.321)</b>
( = )	<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>56.292.743</b>	<b>50.675.195</b>

### b) Margem de Solvência

	<i>Descrição</i>	<b>2021</b> <i>R\$</i>	<b>2020</b> <i>R\$</i>
	<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>56.292.743</b>	<b>50.675.195</b>
(a)	0,20 (Contraprestações Pecuniárias) – 12 meses	27.208.027	24.574.357
(b)	0,33 (Eventos Indenizáveis Anual Médio) – 36 meses	32.901.433	29.505.191
(c)	<b>Margem de Solvência [o maior valor entre (a) e (b)]</b>	<b>32.901.433</b>	<b>29.505.191</b>
	<b>Suficiência [ PLA – (c) ] de:</b>	<b>23.391.310</b>	<b>21.170.004</b>

## NOTA 28 – CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Atividades Operacionais	2021 R\$	2020 R\$
<b>Resultado do Período</b>	<b>5.492.920</b>	<b>11.886.015</b>
Ajustes sobre o resultado do período:	(91.556)	1.187.265
Provisão de Risco de Crédito - das operações	(407.557)	(228.729)
Ganho/Perda na baixa de Ativo Imobilizado	(160)	5.407
Depreciação e Amortização	177.168	252.512
Baixa de Imobilizados e Intangíveis	138.993	1.158.075
<b>Resultado do Período Ajustado</b>	<b>5.401.364</b>	<b>13.073.280</b>
<b>Aumentos / Diminuição em Ativos Operacionais</b>	<b>(4.630.795)</b>	<b>(17.016.872)</b>
Numerários em Trânsito	3.111	(15.009)
Aplicações Financeiras	(5.296.444)	348.214
Créditos de Op. c/ Planos de Assistência à Saúde	(400.812)	704.876
Créditos Tributários e Previdenciários	(383)	(3)
Bens e Títulos a Receber	166.925	(223.310)
Despesas Antecipadas	(9.380)	(4.253)
Depósitos Judiciais e Fiscais	906.188	(17.827.387)
<b>Aumentos / Diminuição em Passivos Operacionais</b>	<b>447.678</b>	<b>4.234.377</b>
Provisões Técnicas de Op. de Assist. à Saúde	(828.656)	2.729.074
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.804.759	570.129
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(748.516)	583.841
Débitos Diversos	231.369	(135.129)
Provisões para Ações Judiciais	(11.278)	209.601
Débitos Diversos (E.L.P.)	-	276.861
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>1.218.247</b>	<b>290.785</b>

## NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora possui as seguintes coberturas de seguros:

<b>Modalidade</b>	<b>Cobertura</b>	
	<b>2021 R\$</b>	<b>2020 R\$</b>
Incêndio, IDT, Raio e Explosão de Qualquer Natureza	8.000.000	7.000.000
Roubo e/ou Furto Qualificado	350.000	300.000
Danos Elétricos	350.000	350.000
Veículos (100% Tabela Fipe)	200.864	131.645
Danos Materiais – Veículos	500.000	270.000
Danos Corporais – Veículos	700.000	470.000
Danos Morais – Veículos	70.000	70.000
APP Morte/Invalidez Permanente – Veículos	80.000	60.000
Seguro de Vida (Funcionários e Conselheiros)	12.028.485	11.439.197

### NOTA 30 - EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19

Os anos de 2020 e 2021 foram conturbados e desafiadores devido ao surgimento e disseminação do novo coronavírus e aos impactos sanitários, econômicos e sociais provocados pela pandemia. A ANS, junto à demais autoridades de saúde e todo o setor de planos de saúde, discutiu e implementou medidas para enfrentamento da pandemia, objetivando garantir a sustentabilidade do setor e preservar a manutenção dos contratos dos beneficiários.

Inclusão dos exames para detecção da Covid-19 no rol de procedimentos; prorrogação dos prazos máximos de atendimento para a realização de consultas, exames, terapias e cirurgias eletivas; recomendação às operadoras de planos de saúde para adequações em suas redes para disponibilizar atendimento à distância aos beneficiários – telemedicina; flexibilização das normativas econômico-financeiras para que as operadoras priorizassem ações de combate à Covid-19, permitindo autonomia na gestão dos recursos garantidores das provisões técnicas e equalização da exigência de capital regulatório; e a suspensão dos reajustes anual e por mudança de faixa etária (somente para o exercício de 2020) para conferir alívio financeiro ao consumidor, foram algumas das principais medidas tomadas pela ANS diante do cenário de pandemia.

Apesar das incertezas e aumento dos riscos trazidos pela pandemia, no primeiro ano, os custos assistenciais do S.P.A. SAÚDE não foram impactados de maneira desfavorável. O aumento do custo assistencial foi discreto e muito abaixo das previsões orçamentárias para 2020. Contudo, por outro lado, houve diminuição da receita de mensalidades em decorrência, primeiramente, da determinação da ANS em suspender, até 31/12/2020, os reajustes por mudança de faixa etária e anual, e da decisão do Conselho Deliberativo em não proceder com as cobranças retroativas (autorizadas pela ANS) dessa receita a partir de 01/01/2021, como comentado na Nota Explicativa nº 22.

No entanto, no ano de 2021 o cenário foi diferente: o S.P.A. SAÚDE experenciou uma grande alta nos custos assistenciais e praticou, em janeiro e setembro de 2021, modestos reajustes de mensalidade dos planos de saúde de maneira a continuar oferecendo alívio financeiro à massa de seus beneficiários.

A contenção da pandemia já se mostra em caminhos favoráveis, porém ainda é um desafio para o mundo. As iniciativas da ANS e de vários atores do setor continuam buscando a readequação de estratégias e providências globais e locais para garantir a sustentabilidade do setor e assistência aos beneficiários.

Em relação às tendências, a pandemia do novo coronavírus promoveu reflexões tanto na importância de as operadoras de planos de saúde investirem intensamente em gestão, planejamento e poder de reação diante de crises, quanto na alteração de comportamentos, relevância da tecnologia, reinvenção da formação médica e outros. Para 2022 e o pós-pandemia, a tendência da população é a adoção de estilo de vida mais saudável, com mais atenção quanto a higiene básica e aos cuidados quando da exposição em ambientes públicos, trazendo à consciência, e à tona, a importância da medicina preventiva e dos investimentos em saneamento básico. Outras tendências a se destacar na saúde suplementar são o crescimento na adesão da telemedicina e do uso de inovações tecnológicas na área da saúde; a percepção quanto à importância de se possuir um plano de saúde; a ampliação do acesso à saúde; e a ascensão das fusões e aquisições, em que operadoras de menor eficiência são absorvidas por organizações de maiores proporções.

### **NOTA 31 – NOVO PLANO DE CONTAS**

Publicada em 6 de outubro de 2021, a RN ANS 472/2021, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR alterou diversas normas que tratam do Plano de Contas Padrão, adequação aos pronunciamentos contábeis CPCs. nºs 00 (R2), 06 (R2), 47 e 48, e dos procedimentos previamente acordados (PPA).

A norma tem vigência a partir do 3º trimestre de 2021 para fins do PPA Anexo III, exclusivamente para Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Administradoras de benefícios que optaram pela faculdade prevista no item 13, do Anexo III-A da RN nº 451/2020; e para os demais itens, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Entre as modificações relevantes do Plano de Contas Padrão, pode-se considerar a modificação da contabilização da corresponsabilidade cedida para fins de adequação da receita ao CPC nº 47. Foram incluídas também algumas contas específicas, referentes a PIC, reversões de despesas tributárias, PPSC, multas e rubricas para reconhecimento das operações de arrendamento, conforme CPC nº 06 (R2).

Quanto à reformulação dos procedimentos previamente acordados, fica instituído o “novo anexo I”, que trouxe a junção dos procedimentos executados anteriormente no anexo I e II, com aplicabilidade em todos os trimestres nas operadoras de médio e



grande porte, e somente no 4º trimestre para as operadoras de pequeno porte, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O S.P.A. SAÚDE efetuou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam ocorrer nos saldos das Demonstrações Contábeis apresentados em 31 de dezembro de 2021 quando da entrada em vigor do novo Plano de Contas Padrão. Não foi identificado qualquer efeito significativo que requeresse a divulgação de informações adicionais nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **NOTA 32 - RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração do S.P.A. SAÚDE apresenta através deste Relatório o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.



São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

### **S.P.A. SAÚDE - SISTEMA DE PROMOÇÃO ASSISTENCIAL**

Luiz Fernando Ribeiro  
Presidente

Ricardo de Oliveira Garcia  
Superintendente

### **LEGALIZA CONTABILIDADE S/S LTDA.**

Laurindo Macedo da Silva  
TC-CRC/SP 171026/O-3

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Às  
Associadas do  
**S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial**  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial (“Entidade”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 10 de março de 2022

**Nelson Rogério do Nascimento**  
Contador CRC1SP 209585/O-5  
Sócio-Diretor

**Paulino Francisco M. Araújo**  
Contador CRC1SP 327070/O-6  
CNAI nº 5848

**Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes**  
CRC 2SP013232/O-3



O Plano de Saúde do Produtor Rural

**S.P.A. Saúde - Sistema de Promoção Assistencial**  
Sede: Rua Maestro Cardim, 1.191 - 8º Andar - Paraíso  
São Paulo (11) 3146.3131  
E-mail: faleconosco@spasaude.org.br  
Site: [www.spasaude.org.br](http://www.spasaude.org.br)